



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS**

JOSIANE DA CONCEIÇÃO JERÔNIMO

**PROBLEMAS E IMPACTOS ENFRENTADOS PELA POPULAÇÃO DO BAIRRO
TAQUARAL EM OURO PRETO (MG): ENFOQUE NA PERSPECTIVA PELO
DIREITO À MORADIA**

Mariana-MG
Fevereiro 2024

JOSIANE DA CONCEIÇÃO JERÔNIMO

**PROBLEMAS E IMPACTOS ENFRENTADOS PELA POPULAÇÃO DO BAIRRO
TAQUARAL EM OURO PRETO (MG): ENFOQUE NA PERSPECTIVA PELO
DIREITO À MORADIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências
Humanas e Sociais da Universidade Federal de
Ouro Preto como requisito obrigatório para
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Orientador: Prof^o Rafael Santiago Mendes

Mariana-MG

2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

J56p Jeronimo, Josiane Da Conceicao.
Problemas e impactos enfrentados pela população do bairro Taquaral em Ouro Preto (MG) [manuscrito]: enfoque na perspectiva pelo direito à moradia. / Josiane Da Conceicao Jeronimo. - 2024.
83 f.: il.: color., tab., mapa.

Orientador: Prof. Me. Rafael Santiago Mendes.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Ouro Preto (MG). 2. Taquaral (Ouro Preto, MG). 3. Exploração. 4. Habitação - Ouro Preto (MG). 5. Remoção - Ouro Preto (MG). I. Mendes, Rafael Santiago. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 316.334.54(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter de Sousa-Bibliotecário Coord. ICSA/UFOP-
CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Josiane da Conceição Jerônimo

Problemas e impactos enfrentados pela população do Bairro Taquaral Em Ouro Preto (MG): Enfoque na perspectiva pelo direito à moradia.

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 19 de fevereiro de 2024

Membros da banca

Mestre - Rafael Santiago Mendes - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutora - Adriana de Andrade Mesquita - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Assistente Social - Sabrina de Jesus Costa - (Prefeitura Municipal de Ouro Preto)

Rafael Santiago Mendes, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 22/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Santiago Mendes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 22/02/2024, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0672210** e o código CRC **143FCD6D**.

Dedico esta Monografia aos meus pais por todo apoio e incentivo, ao meu filho Lucas Emanuel e aos meus irmãos que sãs as minhas maiores riquezas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela minha vida, por ter ultrapassado todos os desafios e obstáculos encontrados nesta jornada e pela oportunidade da conclusão de mais uma etapa.

Agradeço imensamente aos meus pais Wilson e Pilar que foram meus parceiros e maiores incentivadores. Em especial ao meu filho Lucas Emanuel que veio ao mundo em 2021 no decorrer da minha graduação e mesmo tão novinho compreendeu a minha ausência o que me impulsionou a não desistir.

Às minhas amigas de curso Isabela Porto, Jéssica Martins, Fernanda André, Marciene Sabrina e Silvânia Assis pelos momentos incríveis que vivenciei com vocês. Agradeço também aos demais colegas da UFOP por todas as trocas e convivências ao longo do curso.

A todos os professores que contribuíram com a minha aprendizagem, principalmente ao profº Rafael Mendes por aceitar ser o meu orientador e que com toda paciência me auxiliou na construção deste estudo.

À professora Adriana Mesquita e Sabrina Costa por terem aceitado fazer parte da minha banca.

À Edvoneide, Joyce Félix e Daniela Colli pelas trocas no campo do estágio.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma direta ou indiretamente contribuíram com a realização de mais um objetivo traçado para a minha vida.

Superar a pobreza não é uma tarefa de caridade, é um ato de justiça. Como a escravidão e o apartheid, a pobreza não é natural. É feito pelo homem e pode ser superada e erradicada pelas ações dos seres humanos. Às vezes, cai em uma geração para ser grande. **VOCÊ** pode ser essa grande geração. Deixe sua grandeza florescer.

(Nelson Mandela)

RESUMO

O trabalho de conclusão de curso aborda um estudo centrado no bairro Taquaral, em Ouro Preto-MG, com a seguinte questão central: "Problemas e impactos enfrentados pela população do bairro Taquaral em Ouro Preto (MG): enfoque na perspectiva pelo direito à moradia". O estudo ganha relevância devido à situação recorrente de insegurança habitacional enfrentada pela população do bairro Taquaral, especialmente durante chuvas intensas. Foi realizada uma análise das remoções involuntárias, além de examinar a postura e as ações do poder público diante das intervenções para assegurar uma moradia segura. A escolha desse tema de pesquisa é motivada por minha experiência pessoal, uma vez que minha família foi removida involuntariamente em janeiro de 2022, juntamente com outras 80 famílias do bairro Taquaral. Isso ocorreu devido aos desabamentos de casas, muros, ruas e galerias de água durante o período de chuvas intensas de novembro de 2021 a janeiro de 2022. Esses eventos revelam a vulnerabilidade da cidade de Ouro Preto, cuja formação geomorfológica, ligada à exploração excessiva de ouro no século XVIII, contribuiu para sua instabilidade atual. A pesquisa foi conduzida mediante a utilização de instrumentos de coleta de dados obtidos na Defesa Civil de Ouro Preto e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Adicionalmente, foi realizada análise de estudos prévios realizados na área. Para enriquecer a compreensão abrangente do estudo, foram também examinados dados provenientes de noticiários que abordam deslizamentos e remoções no bairro Taquaral. Essa abordagem permitiu o levantamento de informações tanto quantitativas quanto qualitativas, proporcionando uma base sólida para a pesquisa.

Palavras-chave: Ouro Preto; Taquaral; Remoção; Habitação; Exploração;

ABSTRACT

The course conclusion work addresses a study centered on the Taquaral neighborhood, in Ouro Preto-MG, with the following central question: "Problems and impacts faced by the population of the Taquaral neighborhood in Ouro Preto (MG): focus on the perspective of right to housing". The study gains relevance due to the recurring situation of housing insecurity faced by the population of the Taquaral neighborhood, especially during intense rains. An analysis of involuntary removals was carried out, in addition to examining the stance and actions of public authorities in the face of interventions to ensure safe housing. The choice of this research topic is motivated by my personal experience, as my family was involuntarily removed in January 2022, along with 80 other families from the Taquaral neighborhood. This occurred due to the collapse of houses, walls, streets and water galleries during the period of intense rain from November 2021 to January 2022. These events reveal the vulnerability of the city of Ouro Preto, whose geomorphological formation, linked to the excessive exploitation of gold in the 18th century, contributed to its current instability. The research was conducted using data collection instruments obtained from the Civil Defense of Ouro Preto and the Municipal Department of Urban Development and Housing. Additionally, an analysis of previous studies carried out in the area was carried out. To enrich the comprehensive understanding of the study, data from news reports covering landslides and evictions in the Taquaral neighborhood were also examined. This approach allowed the collection of both quantitative and qualitative information, providing a solid basis for the research.

Keywords: Ouro Preto; Taquaral; Removal; Housing; Exploration;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Trabalhos de Conclusão de Curso sobre a Habitação de Ouro Preto.....	14
Figura 1 - Evolução da ocupação de Ouro Preto entre 1698 a 1940.....	39
Figura 2 - Tendências de expansão na área urbana de Ouro Preto	18
Figura 3 - Localização dos Bairros da sede de Ouro Preto	46
Figura 4 - Localização da área de estudo	47
Quadro 2 - Registros de movimentos de massa na área urbana de Ouro Preto: 1988 a 2009	48
Quadro 3 - Ocorrências de movimentos de massa	49
Figura 5 - Mapeamento das casas consideradas risco alto	53
Figura 6 - Classificação dos graus de risco para enchentes e inundações	54
Figura 7 - Mapeamento das casas e classificação de risco	54
Figura 8 - Figura 8: Fotos da Rua Águas Férreas	55
Figura 9 - Risco de Queda/tombamento de blocos de Canga	57
Figura 10 - Manifestação por parte dos moradores no bairro Taquaral em agosto de 2022....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa
ART	Artigo
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
HIS	Habitação de Interesse Social
IPTU	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
R1	Risco baixo
R2	Risco médio
R3	Risco Alto
R4	Risco muito alto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DO DIREITO A MORADIA A PARTIR DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	18
1.1 Alguns elementos da formação Social do Brasil	18
1.2 Da Legalização para acesso a terras brasileiras	20
1.3 Habitação enquanto expressão da “questão social”	22
1.4 Elementos acerca do direito à cidade	26
1.5 Dos acessos à moradia enquanto direito social	29
CAPÍTULO 2 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS E HISTÓRICOS DA CIDADE DE OURO PRETO, OCUPAÇÃO TERRITORIAL, CRESCIMENTO POPULACIONAL E PROCESSO DE URBANIZAÇÃO	31
2.1 Elementos Constitutivos e históricos da cidade de Ouro Preto	31
2.2 Formação de Arraiais em Ouro Preto a partir do século XVIII	37
2.3 Retomada do crescimento populacional de Ouro Preto a partir da industrialização	39
CAPÍTULO 3 CONTEXTO HABITACIONAL DO BAIRRO TAQUARAL, IMPACTOS, ENFRENTAMENTOS E A POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	44
3.1 Contexto habitacional do bairro Taquaral e análise das áreas de risco	44
3.2 Informações da dimensão social técnico-operativa colhidas no campo de estágio	58
3.3 Impactos na população após a remoção e a perspectiva por moradia	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS.....	77

1 INTRODUÇÃO

A habitação no bairro Taquaral, situado na cidade de Ouro Preto, estado de Minas Gerais, emerge como uma área de profundo interesse nesta pesquisa. O cerne desta investigação foi motivado por inquietações decorrentes das circunstâncias vivenciadas por minha família, assim como por outras 80 famílias residentes no bairro Taquaral, durante o período compreendido entre novembro de 2021 e janeiro de 2022. Essas adversidades foram desencadeadas pelas intensas chuvas registradas na região, culminando em deslizamentos de solo e estruturas que, por sua vez, estão intrinsecamente relacionados à configuração geológica resultante da exploração aurífera ocorrida no século XVIII na cidade.

Ao longo de quase quatro décadas, meus pais estabeleceram residência no bairro Taquaral, tornando-se, assim, testemunhas das transformações no local. Foi neste contexto que passei minha infância, adolescência e parte da vida adulta. E nesta residência que meus pais projetaram criar netos e encerrar o ciclo da vida. Contudo, a dinâmica de vida de minha família e de outros moradores sofreu alterações drásticas devido a uma série de problemas enfrentados pelo bairro. Desabamentos de casas, muros, ruas e galerias de água foram algumas das consequências do elevado volume de chuvas, resultando na necessidade de evacuação das residências por meio de ações coordenadas pela Defesa Civil de Ouro Preto em conjunto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

Diante desse contexto, busquei aprofundar-me na problemática habitacional da cidade de Ouro Preto, com enfoque específico no bairro Taquaral, durante meu estágio II na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Essa oportunidade permitiu-me compreender de que forma a questão habitacional está sendo planejada e abordada no âmbito municipal. Dessa forma, partindo do pressuposto de que as famílias do Taquaral demandam respostas para os desafios resultantes das remoções, a presente pesquisa tem como questão central: **“Problemas e impactos enfrentados pela população do bairro Taquaral em Ouro Preto (MG): enfoque na perspectiva pelo direito à moradia”**.

O escopo da pesquisa origina-se da situação apresentada e visa investigar os fundamentos de outros elementos que comprometem a segurança habitacional da mencionada população. Decorridos quase dois anos desde o evento, emergem indagações em busca de esclarecimentos, almejando analisar os impactos na vida dos indivíduos que foram deslocados de suas residências. A abordagem compreende ainda a avaliação das perspectivas

habitacionais dessas pessoas, bem como a análise da abordagem do poder público diante dessa manifestação da problemática social.

A falta de acesso à habitação de qualidade e segura é uma expressão da questão social, pois está intrinsecamente ligada às desigualdades socioeconômicas e à ausência de acesso a direitos fundamentais. A falta de moradia adequada afeta diretamente as populações de baixa renda, acentuando a exclusão social com uma série de consequências negativas. Entretanto, a cidade de Ouro Preto possui peculiaridades que é a própria estruturação geológica, a topografia, o solo, o clima, a região é montanhosa praticamente em quase todo o entorno, e com inúmeras ocupações nas encostas. Este contexto envolve todas as classes sociais.

De acordo com Boulos (2012), o Brasil está entre os países com maior déficit habitacional¹ do mundo. Ainda, de acordo com estudos realizados pela Fundação João Pinheiro (2016-2021), o déficit habitacional estimado para o Brasil, em 2016, foi da ordem de 5,657 milhões de domicílios, dos quais 4,849 milhões estão localizados em área urbana e 808 mil em área rural.

Esse déficit resulta a partir de diversos fatores, que podem ser exemplificados na urbanização acelerada, nas disparidades socioeconômicas e ausência de políticas habitacionais efetivas, na especulação imobiliária, dentre outros. Esse fenômeno repercute diretamente na qualidade de vida daqueles que não conseguem obter acesso a habitações de qualidade, exacerbando a configuração de moradias informais, favelas e condições precárias de assentamentos. De acordo com Balbim (2016) a expansão do crédito e dos investimentos em habitação social e de mercado, sem a implementação de uma política fundiária eficaz para combater a especulação imobiliária, resultou em uma notável valorização dos preços dos imóveis. Isso tornou inviáveis projetos de habitação social em áreas bem localizadas e, inclusive, afastou a classe média de bairros consolidados.

Para lidar com esse desafio, é fundamental que o governo e as instituições competentes adotem políticas públicas adequadas. Isso envolve investimentos na construção de moradias populares, regularização fundiária, acesso a financiamento habitacional, implementação de infraestrutura, desenvolvimento de programas de habitação social, o combate a especulação imobiliária, dentre outras políticas que compõem o Plano Diretor da cidade. Além disso, é importante considerar a sustentabilidade e a inclusão social nas políticas habitacionais visando

¹Déficit habitacional é o nome que se dá para a quantidade de casas que faltam para atender todos aqueles que precisam no país. Existem dois modos de definição deste déficit o quantitativo (número de famílias que não tem casa) e o qualitativo (número de famílias que moram em situação extremamente inadequada). Estes dois dados formam o quadro do problema habitacional brasileiro. (BOULOS, 2012, p.13)

o atendimento às necessidades das diferentes camadas da população, incluindo os grupos mais vulneráveis em consonância com a preservação do meio ambiente

A redução do déficit habitacional requer uma abordagem integrada que abranja não apenas a construção de moradias, mas também aprimore o acesso a serviços básicos, tais como água potável, saneamento, energia, transporte e cultura. Neste sentido, é imperativo fomentar a participação da comunidade e o envolvimento social na busca por soluções sustentáveis e eficazes. A superação desse déficit requer a implementação de políticas públicas abrangentes, alocação adequada de recursos e a coordenação de ações ampliadas. Neste viés será possível assegurar o direito fundamental à moradia adequada para todos os cidadãos brasileiros.

A exploração do ouro em massa durante o período colonial resultou em um modelo econômico baseado na extração intensiva de recursos naturais, o que levou à ocupação desordenada da cidade ocasionando à falta de planejamento urbano adequado. Essa ocupação levou a assentamentos em áreas de risco², onde as condições de habitação são precárias e apresentam maior vulnerabilidade a desastres naturais, para, além disso, contribuiu para a formação de desigualdades socioeconômicas e raciais.

Nos últimos anos, o bairro Taquaral tem sofrido recorrentes enfrentamentos por desastres geológicos³, e esse fenômeno está relacionado à exploração mineral desordenada no período colonial e agrava-se a cada década conforme será demonstrado ao longo do trabalho. Neste sentido o objetivo geral desse estudo é analisar quais os impactos sofridos pela população do bairro Taquaral no município de Ouro Preto/MG retiradas involuntariamente de suas residências, bem como a perspectiva por moradia segura e as políticas públicas de habitação que visem minimizar esta expressão da questão social. Os objetivos específicos são: Analisar como ocorreu o crescimento populacional da cidade de Ouro Preto, o processo de urbanização e de ocupação territorial; Analisar o contexto sócio histórico e sócio espacial e as áreas de risco do bairro Taquaral; Compreender o sentimento de pertencimento da população a partir da remoção involuntária, bem como a perspectiva da população diante da situação de insegurança habitacional; Analisar a política de habitação e as propostas do poder público para a segurança habitacional da população local; e Entender a atuação do assistente social na viabilização dos direitos a esta população;

²Área de risco: áreas com risco de ocorrência de acidentes ambientais, cujos potenciais danos diretos ou indiretos à saúde humana, ao meio ambiente ou a outro bem a proteger estão relacionados com as atividades potencialmente impactantes e com a vulnerabilidade dos sítios frágeis associados.

³Recorrentes movimentos de massa apresentado no quadro 2 (pág.48) deste estudo.

A Constituição Federal de 1988 assegura em seu artigo 6º o direito à moradia, como competência da União, dos estados e dos municípios. Diante do exposto, fica evidente a necessidade de aprofundar os estudos e reflexões relacionados à habitação desta localidade.

Para adentrar nesta análise é importante compreender sobre o processo de trabalho no Brasil a partir da colonização. O texto de Marx (2013) aborda que o trabalho é um processo entre homem e natureza onde o homem, por meio de sua ação medeia, regula e controla seu metabolismo junto a natureza. Assim, essas atividades de mediação, direcionadas para uma finalidade, ou seja, garantir sua reprodução e subsistência se dá no processo de trabalho, e através dele o ser social produz valor de uso, relacionado com um fim, para assim satisfazer suas necessidades, e conduzir as relações sociais de produção como sendo uma condição natural da vida humana social.

Em uma análise crítica, é possível estabelecer uma conexão com o trabalho escravo, visto que, ao longo da história, o trabalho forçado foi uma prática que explorou de maneira desumana a relação entre o homem e a natureza. No contexto do trabalho escravo, a mediação entre o homem e a natureza frequentemente não ocorria de maneira autônoma e voluntária, mas sim sob coerção e opressão. Os trabalhadores escravizados eram forçados a realizar atividades produtivas para atender aos interesses dos proprietários. Assim, enquanto Marx destaca a importância do trabalho como condição natural da vida humana social, a partir de uma análise crítica apontamos para as distorções e injustiças que ocorreram ao longo da história, especialmente no contexto do trabalho escravo, onde a mediação entre homem e natureza foi distorcida pela exploração e violação dos direitos fundamentais.

Ademais, nesta pesquisa pretendo fundamentar minha abordagem nos pressupostos teóricos delineados por diversos autores. Destacam-se entre eles: Henri Lefebvre, cujas contribuições se concentram no direito à cidade; Ermínia Maricato notória por suas análises sobre o direito à terra e à cidade; Antônio Carlos Moraes cuja abordagem contempla o território e a história do Brasil; Laura Mello e Souza nas reflexões sobre a pobreza mineira no século XVIII; Ellen Wood cujos estudos se debruçam sobre as origens agrárias do capitalismo; Sylvio de Vasconcellos, cujas pesquisas abordam a ocupação e expansão de Ouro Preto; além do Professor Frederico Sobreira, da Universidade Federal de Ouro Preto, que aprofunda-se na morfologia e geologia da região, em consonância com outros geólogos, A diversidade desses autores proporcionará uma base teórica robusta para minha análise.

Com base nos objetivos delineados neste trabalho, a metodologia empregada assume um caráter exploratório. Além da pesquisa bibliográfica, a análise se estenderá às condições

contemporâneas, bem como ao contexto histórico que contribuiu para os desafios habitacionais enfrentados pelo bairro Taquaral. A pesquisa bibliográfica visa desenvolver um instrumental analítico, utilizando obras já publicadas, como textos e artigos de autores clássicos e contemporâneos que abordam o tema. Este procedimento visa fundamentar a problemática em questão e analisar a totalidade a partir da realidade do objeto de estudo.

Nesse contexto, a abordagem adotada incorpora o materialismo histórico dialético como método central para compreender as razões subjacentes à significativa insegurança habitacional experimentada pelo bairro Taquaral.

Nas pesquisas bibliográficas realizadas, foram encontradas temáticas de algumas monografias que auxiliaram no desenvolvimento do estudo a respeito do bairro taquaral, conforme quadro abaixo:

Quadro 1- Trabalhos de Conclusão de Curso sobre a Habitação de Ouro Preto

Autor/a	Ano	Curso	Título	Objetivo
Gilberto Júnio Cabral	2023	Engenharia Urbano	Alternativas para o reassentamento de moradores em situação de risco nos bairros Piedade e Taquaral, em Ouro Preto-MG	Este trabalho tem como objetivo apontar alternativas de reassentamento de imóveis em situação de risco nos bairros Piedade e Taquaral, em Ouro Preto-MG
Júnia Marise Fernandes da Costa	2023	Serviço Social	O direito à moradia e o enfrentamento aos problemas de habitação: um enfoque no contexto da cidade histórica de Ouro Preto	O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo discorrer, em breves linhas, os limites e as possibilidades do trabalho de assistentes sociais na secretaria de habitação no município de Ouro Preto-MG, debruçado sob a luz do Projeto Ético Político da profissão. Nessa conjuntura, iremos percorrer desde as construções do século XVIII, os espaços ocupados pela população e o trabalho dos assistentes sociais em viabilizar direitos sob leis municipais que restringe acesso aos próprios cidadãos.
Rosemary de Paula Alves	2021	Serviço Social	Do Território às Minas e um horizonte de exploração: Análise do Programa “Um Teto é tudo” desenvolvido pela Política de Habitação na Cidade de Ouro Preto- MG	Análise do Programa “Um Teto é Tudo” da Cidade de Ouro Preto
Maria Ribeiro Calil	2018	Arquitetura Urbanismo e	Expansão urbana em Ouro Preto–MG: o risco de ocupar encostas mineradas	Esta dissertação discorre acerca das vulnerabilidades decorrentes da ocupação de encostas frágeis na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. O aspecto abordado de maior relevância refere-se às situações de risco geológico as quais a população que habita tais encostas está submetida. Este risco resulta da combinação de

				condições geomorfológicas críticas com ações antrópicas inadequadas, sendo a atividade mineradora realizada nos séculos XVII e XVIII a mais significativa. Para o entendimento da situação atual, faz-se necessária a abordagem dos processos de ocupação e expansão urbana da cidade, e suas respectivas consequências. São objetos de estudo dessa pesquisa dois assentamentos precários localizados em antigas áreas de mineração na cidade, os bairros São Cristóvão e Piedade, localizados na Serra de Ouro Preto.
Leandro Duque de Oliveira & Frederico Garcia Sobreira	2014	Geologia	Crescimento Urbano de Ouro Preto- MG entre 1950 e 2004 e atuais tendências	O presente trabalho objetivou cartografar as direções dos movimentos populacionais durante cinco décadas numa área de 35 km ²

A realização da pesquisa foi viabilizada por meio da utilização de instrumentos de coleta de dados obtidos na Defesa Civil de Ouro Preto e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, bem como por meio da análise de estudos prévios realizados na área. Além disso, foram analisados dados provenientes de noticiários referentes a deslizamentos e remoções no bairro Taquaral, visando o levantamento de informações tanto quantitativas quanto qualitativas, contribuindo para a compreensão abrangente do estudo.

Inicialmente, cogitou-se a possibilidade de realizar uma pesquisa de campo com o intuito de obter informações e compreender as aspirações da população residente no Taquaral, como forma de alcançar um dos objetivos propostos neste estudo. Entretanto, dada a circunstância da impossibilidade da realização da pesquisa de campo, conduzirei uma análise dual, adotando as perspectivas tanto de pesquisadora quanto de moradora removida do bairro, com o intuito de examinar os impactos decorrentes da remoção involuntária na vida dos residentes. Essa análise proporcionará informações relevantes acerca das aspirações da população afetada.

Buscando alcançar os objetivos propostos, este estudo se divide em três capítulos, o primeiro capítulo aborda elementos fundamentais da formação social brasileira, com ênfase na colonização e escravidão como fatores primordiais para a compreensão do acesso à terra. Apresenta algumas leis brasileiras decorrentes da formação de grupos sociais, restrição ao acesso à terra e divisão desses grupos. Enfatiza a necessidade de estabelecer o direito ao acesso à terra, levando em consideração a seletividade no acesso a esse recurso. Aborda a habitação enquanto expressão da questão social e explora a formação social brasileira sob o capitalismo, focalizando a perpetuação das desigualdades sociais no âmbito da questão

habitacional. Além disso, o texto aborda o tema do direito à cidade, apresentando a dimensão social urbana e o papel do Estado nesse contexto. Defende a concepção de uma cidade mais inclusiva, participativa e socialmente justa. Destaca o direito à cidade como uma abordagem integral, incorporando a habitação como direito social. Na continuidade dessa discussão, é crucial compreender o direito à cidade como um conceito abrangente, transcendendo a mera questão habitacional e incorporando elementos de participação cidadã, justiça social e inclusão. A busca por uma cidade mais participativa implica na implementação de políticas urbanas que promovam o engajamento da comunidade nas decisões que afetam seu ambiente de convívio e facilitem o acesso à moradia. Essa abordagem visa construir uma realidade urbana mais equitativa e inclusiva, superando as desigualdades históricas por meio de políticas públicas eficientes e comprometidas com a promoção de uma cidade mais justa.

O segundo capítulo busca compreender a geomorfologia⁴ da cidade a partir da mineração. Apresenta elementos constitutivos e históricos da cidade de Ouro Preto, abordando a expansão territorial, o crescimento populacional, o processo de urbanização e a ocupação dos territórios. Examina a influência da colonização no território, destacando a exploração aurífera e a configuração espacial durante o período colonial. Analisa a inversão entre as dinâmicas rural e urbana, considerando o tipo de sociedade e o momento em que as atividades se iniciaram no contexto urbano e se expandiram para o rural. Este capítulo busca compreender os problemas habitacionais enfrentados pela população de Ouro Preto e reflete sobre a dimensão espacial da cidade, construída a partir da extração, expropriação e exploração no ciclo do ouro. Aborda a correlação entre o período de exploração do ouro em Ouro Preto e a estruturação atual do bairro. O capítulo elucida reflexões sobre as diversas configurações que a cidade de Ouro Preto experimentou desde sua ocupação desordenada, influenciada pela exploração do ouro, evidenciando ocupações nas encostas que resultaram em áreas de risco geológico, assentamentos precários, o esvaziamento da cidade e a retomada do crescimento a partir da industrialização.

O terceiro capítulo delinea o contexto habitacional do bairro Taquaral, analisando os impactos e desafios enfrentados pelas famílias que perderam suas moradias. Destaca a atual situação do bairro, considerado uma das áreas mais afetadas devido à exploração desordenada durante os anos da extração do ouro no período colonial. Apresenta a localização da área de

⁴A Geomorfologia é uma área das Ciências da Terra responsável pelo estudo das formas superficiais de relevo, tanto em suas fisionomias atuais quanto em seu processo geológico e histórico de formação e transformação. Esse campo do conhecimento é visto como uma área de intersecção entre duas diferentes ciências: a Geografia e a Geologia. Veja mais sobre "Geomorfologia" em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/geomorfologia.htm>. Acesso Nov/2023

estudo e esclarece sobre os movimentos de massa e rastejo que ocorrem na região, agravando os problemas habitacionais, especialmente durante períodos de intensas chuvas. O capítulo registra a situação atual do bairro em decorrência das chuvas de janeiro de 2022, promovendo reflexões sobre os impactos na vida da população do Taquaral após as remoções ocorridas nesse ano. Aborda a importância do lugar como projeto de vida e busca analisar como a remoção reverbera nas relações sociais estabelecidas no território. Além disso, o capítulo explora o papel do capital, beneficiado pelas tragédias relacionadas à questão habitacional, e discute a valorização na especulação imobiliária. Trata sobre a habitação enquanto política pública e apresenta as propostas do poder público para enfrentar os desafios apresentados nesse contexto.

Por fim nas considerações finais será possível depreender acerca dos objetivos alcançados, desafios presentes e futuros do bairro Taquaral e possíveis desdobramentos da política de habitação para a cidade de Ouro Preto.

CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DO DIREITO A MORADIA A PARTIR DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

1.1 Alguns elementos da formação Social do Brasil

A fim de contextualizar a situação a ser estudada no presente trabalho é relevante compreender acerca da formação social brasileira, do direito à terra e à cidade. A compreensão da estrutura social do Brasil é fundamental para entender as complexidades e meandros que moldam o país, principalmente na questão habitacional que é uma expressão da “questão social”⁵ e representa o núcleo central deste estudo. De acordo com Wood (2000),

Por muitos milênios os seres humanos proveram suas necessidades materiais por meio do trabalho da terra. E provavelmente durante um período mais ou menos similar estiveram divididos em classes sociais, constituídas por aqueles que trabalhavam a terra e aqueles que se apropriavam do trabalho dos outros. Essa divisão entre produtores e apropriadores tem assumido diversas formas dependendo do tempo e do lugar, mas possuindo uma característica geral, qual seja, a de que os produtores diretos têm sido camponeses. Esses produtores camponeses permaneceram na posse dos meios de produção, especialmente a terra. Como em todas as sociedades pré-capitalistas, esses produtores tinham acesso direto aos meios de sua própria reprodução. Isso significa que a apropriação do trabalho excedente pela camada exploradora era feita pelo que Marx chamou de meios “extra-econômicos” - quer dizer, por meio de coerção direta exercida pelos senhores rurais e/ou estado pelo emprego de força superior, acesso privilegiado aos poderes militares judiciais e políticos. (Wood, 2000, p.13)

Nesse contexto, a formação social brasileira remonta ao seu passado colonial, iniciado no século XVI com a chegada dos europeus, cuja perspectiva era a dominação do território. Para Ribeiro,

Estamos diante do resultado de um processo civilizatório que, interrompendo a linha evolutiva prévia das populações indígenas brasileiras, depois de subjugar-las, recruta seus remanescentes como mão-de-obra servil de uma nova sociedade, que já nascia integrada numa etapa mais elevada da evolução sociocultural. No caso, esse passo se dá por incorporação ou atualização histórica que supõe a perda da autonomia étnica dos núcleos engajados, sua dominação e transfiguração, estabelecendo as bases sobre as quais se edificaria daí em diante a sociedade brasileira. (Ribeiro, 2006, p.74)

Neste sentido Ribeiro (2006) sugere que o processo civilizatório interrompeu a trajetória cultural e social prévia das populações indígenas. Isso implica uma quebra abrupta com suas

⁵Questão Social - A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. CARVALHO e IAMAMOTO, (1983, p.77):

formas de vida tradicionais. Ele argumenta que essa incorporação ou atualização histórica das populações indígenas serviu como base para a construção da sociedade brasileira. Isso destaca a importância desses eventos históricos na formação da identidade nacional. Em resumo, a citação destaca as consequências drásticas do processo de colonização para as populações indígenas no Brasil, não apenas em termos de sua organização social e econômica, mas também na perda de autonomia étnica e na contribuição significativa para a formação da sociedade brasileira. Para alcançar o domínio do território, ocorreu a apropriação da terra, a escravização, exploração, extração e expropriação de diversos recursos, os quais se tornaram fonte de riqueza para os colonizadores. Essa dinâmica de dominação provocou um choque cultural com a população indígena preexistente, caracterizando-se por conflitos e resistências ao longo do processo histórico. De acordo com Fernandes,

A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo. (Fernandes, 1999, p.15)

Neste sentido, a formação social do Brasil também é marcada pela escravização de povos africanos. A instituição da escravidão influenciou profundamente a demografia, a cultura e a hierarquia social do país. Os vestígios desse legado ainda são evidentes nas desigualdades raciais e sociais que persistem na sociedade brasileira. De acordo com Moraes,

Toda sociedade para se reproduzir cria formas, mais ou menos duráveis, na superfície terrestre, daí sua condição de processo universal. Formas que obedecem a um dado ordenamento sociopolítico do grupo que as constrói, que respondem funcionalmente a uma sociabilidade vigente a qual regula também o uso do espaço e dos recursos nele contidos, definindo os seus modos próprios de apropriação da natureza. Daí o caráter pleno e exclusivo de processo social, comandado pelas ações e decisões emanadas do movimento das sociedades. Tais formas - que expressam uma quantidade de valor (trabalho morto) incorporado ao solo - substantivam na paisagem (congelam, em certo sentido) relações sociais específicas. A vivência social do espaço cria rugosidades que duram mais que estímulos e objetivos que lhes deram origem. Tal característica fundamenta a condição de processo mediador, que retroage na interação com outros processos. Tem-se, assim, um espaço produzido herdado (formas pretéritas, estoques de valor concentrados pontualmente na superfície da Terra) que sobre determina continuamente o uso dos lugares, abrindo possibilidades analíticas para uma dimensão geográfica na interpretação da história humana. (Moraes, 2002, p.41)

Outro fator que impacta a formação social do Brasil é a sua vasta extensão territorial. De acordo como Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE, 2017), o Brasil possui aproximadamente 851 milhões de hectares em terras, sendo um total de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários⁶, ou seja, cerca de 41% da área total do país.

1.2 Da legalização para acesso a terras brasileiras

A constituição de grupos sociais e as dinâmicas das relações sociais originadas por diversas questões, dentre elas a restrição ao acesso à terra, juntamente com a consequente divisão desses grupos, motivaram a emergência da necessidade de estabelecer o direito ao acesso e à aquisição desse recurso. Essa modalidade de apropriação de bens, como a terra, resultou na exclusão dos povos indígenas, dos africanos escravizados no Brasil e de seus descendentes. Conforme argumenta Furtado,

O sistema de sesmarias concorrera para que a propriedade da terra, antes monopólio real, passasse às mãos do número limitado de indivíduos que tinham acesso aos favores reais. Contudo, não era este o aspecto fundamental do problema, pois sendo a terra abundante não se pagava propriamente renda pela mesma. (Furtado, 1971, p.90)

A Lei nº601, de 18 de setembro de 1850 que dispôs sobre as terras devolutas do império diz no art.1º “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja compra”, ou seja, nesta época os detentores de terras eram somente os abastados, uma vez que esta lei proibia a posse de terras que não fosse pelo viés da compra. A época a escravidão ainda existia no Brasil e esta população estava excluída da camada dos que poderiam adquirir terras devido às condições de vida a que estavam submetidos, não possuíam renda e eram valorizados somente pelo uso da sua força de trabalho, ou seja, o escravizado servia somente para gerar lucro. “Pela metade do século XIX, a força de trabalho da economia brasileira estava basicamente constituída por uma massa de escravos que talvez não alcançasse 2 milhões de indivíduos” (Furtado, 1971, p.89). Neste sentido, a partir de 1888 com a abolição

⁶Estabelecimento agropecuário, de acordo com o IBGE é toda unidade de produção ou exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção), seja para subsistência (sustento do produtor ou de sua família). Disponível em:<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/censo-agropecuario-brasil-tem-5-milhoes-de-estabelecimentos-rurais>

da escravatura, o problema habitacional se agravou devido à quantidade de escravos livres e desocupados, que não tinham o mínimo para sua sobrevivência gerando desigualdades sociais que ainda reverberam nos dias atuais. Segundo Furtado,

Constituindo a escravidão no Brasil a base de um sistema de vida secularmente estabelecido, e caracterizando-se o sistema econômico escravista por uma grande estabilidade estrutural, explica-se facilmente que para o homem que integrava esse sistema a abolição do trabalho servil assumisse as proporções de uma "hecatombe social". Mesmo os espíritos mais lúcidos e fundamentalmente antiescravistas, como Mauá, jamais chegaram a compreender a natureza real do problema e se enchiam de susto diante da proximidade dessa "hecatombe" inevitável. Prevalcia então a idéia de que um escravo era uma "riqueza" e que a abolição da escravatura acarretaria o empobrecimento do setor da população que era responsável pela criação de riqueza no país. Faziam-se cálculos alarmistas das centenas de milhares de contos de réis de riqueza privada que desapareceriam instantaneamente por um golpe legal. Outros argumentavam que, pelo contrário, a abolição da escravatura traria a "liberação" de vultosos capitais, pois o empresário já não necessitaria imobilizar em força de trabalho ou na comercialização de escravos importantes porções de seu capital. (Furtado, 1971, p.104)

A passagem de Furtado (1971) discute a visão predominante da época, na qual a ideia de que um escravo era considerado uma "riqueza" era amplamente aceita. A abolição da escravatura era temida como um evento que acarretaria o empobrecimento da classe responsável pela criação de riqueza no país. Calculava-se de maneira alarmista a perda imediata de consideráveis fortunas privadas, argumentando que tal medida resultaria em uma hecatombe econômica.

A Lei nº 3.071 de 01 de janeiro de 1916 do código civil brasileiro em seu artigo 746 estabelece que “quando o uso consistir no direito de habitar gratuitamente casa alheia, o titular deste direito não a pode alugar, nem emprestar, mais simplesmente ocupá-la com sua família”. Essa lei apresentava no referido artigo uma disposição específica relacionada ao direito de uso de uma residência pertencente a outrem. Essa norma visava regulamentar as condições e limitações associadas ao direito de uso gratuito de uma habitação, estabelecendo restrições sobre as formas como essa propriedade poderia ser utilizada pelo beneficiário desse direito. Entretanto, essa disposição específica foi revogada pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o novo Código Civil brasileiro. Apesar da revogação, o direito de habitar uma residência gratuitamente não foi eliminado. O novo Código Civil manteve essa prerrogativa no artigo 1414, preservando essencialmente a mesma redação, assegurando que o titular desse direito continue com a permissão de habitar a residência, mas sem a faculdade de alugar, emprestar ou ceder a terceiros. Assim, a atualização legislativa manteve a essência do

direito de habitação gratuita, mas incorporou essas disposições em um novo contexto normativo, adaptando a regulamentação às mudanças e evoluções sociais ao longo do tempo.

A lei nº 4.580 de 30 de novembro de 1964 sobre o estatuto da terra, regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária⁷ e promoção da política agrícola. Esta lei se torna mais inclusiva, pois assegura a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada à sua função social, mantendo a terra útil e produtiva. Concerne ao Estado promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, bem como a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo. Esta lei trazia algumas importantes garantias ao trabalhador rural.

1.3 Habitação enquanto expressão da “questão social”

Como citado anteriormente, o problema habitacional no Brasil tem a sua raiz na formação sócio-histórica, desde a escravidão, à dificuldade ao acesso a terra por parte dos indígenas, escravos africanos e seus descendentes. Este problema representa uma questão estrutural de desigualdade, com impactos diretos na qualidade de vida das camadas mais vulneráveis, interligada pela organização social brasileira, agravada e mantida pela ordem capitalista, resultando na evolução progressiva das condições de vida, trabalho e moradia da classe trabalhadora. A questão habitacional não se limita apenas à carência de moradias, mas se estende a vasta rede de desafios que afetam a dignidade e as oportunidades dessa parcela significativa da população. Segundo Wood (2002),

Somente no capitalismo, a forma dominante de apropriação do excedente está baseada na expropriação dos produtores diretos, cujo trabalho excedente é apropriado exclusivamente por meio puramente econômicos. Devido ao fato de que os produtores diretos, numa sociedade capitalista plenamente desenvolvida, se encontram na situação de expropriação e devido também ao fato de que o único modo de terem acesso aos meios de produção, para atenderem aos requisitos da sua própria reprodução e até mesmo para proverem os meios do seu próprio trabalho, é a venda da sua força de trabalho em troca de um salário, os capitalistas podem se apropriar da mais-valia produzida pelos trabalhadores sem necessidade de recorrer a coerção direta. (Wood, 2002, p.14).

Nesse contexto, a busca por soluções eficazes e equitativas torna-se imperativa para mitigar os efeitos dessa interferência persistente e promover um ambiente habitacional mais

⁷Considera-se **Reforma Agrária**, o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/14504.htm>

justo e inclusivo. Essa interferência contínua nas condições habitacionais da classe trabalhadora evidencia a urgência de um olhar crítico sobre as políticas sociais e econômicas que perpetuam essa disparidade. A restrição ao acesso adequado à moradia não apenas compromete o bem-estar individual, mas também mina a estabilidade familiar e, conseqüentemente, impacta a sociedade como um todo.

Os assentamentos precários, a carência de infraestrutura e as condições inadequadas para construções e moradias constituem uma expressão da "questão social", na qual as inter-relações no modo de produção ampliam as disparidades sociais e delineiam o modo de vida, assim como a forma como a classe trabalhadora acessa a habitação. Conforme salienta Engels,

Os focos de epidemias, as covas e os buracos mais infames em que o modo de produção capitalista trancafia nossos trabalhadores noite após noite não são eliminados, mas apenas transferidos para outro lugar! A mesma necessidade econômica que os gerou no primeiro local também os gerará no segundo. E, enquanto existir o modo de produção capitalista, será loucura querer resolver isoladamente a questão da moradia ou qualquer outra questão social que afete o destino dos trabalhadores. A solução está antes na abolição do modo de produção capitalista, na apropriação de todos os meios de vida e trabalho pela própria classe trabalhadora (Engels, 1845, p. 108).

Maricato (1985) faz reflexões sobre as forças que controlam o crescimento das cidades sendo, “os proprietários de terra: profundamente ligados às máquinas administrativas municipais [...] tentam dirigir a localização dos investimentos urbanos e a legislação municipal referente à terra, com a finalidade de proteger e/ou valorizar seus terrenos”. A autora chama a atenção, que cada vez mais a terra urbana está atrelada ao capital imobiliário, e isso amplia as desigualdades e a segregação social. De acordo com Santos,

A habitação enquanto problema do Estado foi resultado de uma intensa urbanização vivida nas últimas décadas no país (1940/2000), produzida com características de desigualdade, agravada pelo processo de expansão das periferias e profunda segregação socioespacial nas cidades. (Santos, 2021, p.5)

Na perspectiva marxista, a moradia é concebida como uma mercadoria, e dentro desse mercado, estabelece-se uma correlação de forças entre os proprietários de imóveis, que detêm o controle e exercem exploração sobre aqueles que buscam habitação. A obtenção de moradia adequada é restrita, o que intensifica as desigualdades sociais, resultando na expulsão das camadas mais empobrecidas para áreas periféricas. A relação de exploração do trabalho contribui significativamente para a inviabilização do acesso a moradias dignas.

Fatores como a apropriação das terras, a especulação imobiliária e as disparidades de renda e concentração de riqueza atuam no sentido de ampliar o distanciamento entre as diferentes classes sociais. De acordo com Engels,

No momento em que os trabalhadores afluem em massa, as moradias dos trabalhadores são derrubadas aos montes. O resultado disso é a repentina escassez de moradia para os trabalhadores e a crise do pequeno comércio e da pequena indústria que dependem deles como clientela. [...] foi justamente essa escassez aguda de moradia, esse sintoma da Revolução Industrial que ocorria na Alemanha, que provocou naquela época uma enxurrada de ensaios na imprensa sobre a “questão da moradia” e deu ocasião a todo tipo de charlatanice (Engels, 1845, p. 26).

A citação de Engels, datada de 1845, ilustra uma situação histórica específica durante a Revolução Industrial na Alemanha, onde o influxo massivo de trabalhadores resultou na demolição em larga escala de moradias, gerando escassez habitacional, crise para o pequeno comércio e a pequena indústria que dependiam desses trabalhadores como clientela. No entanto, ao analisar essa perspectiva à luz da atualidade, é possível identificar algumas críticas. Ainda hoje, observamos desafios significativos em relação à habitação, especialmente em áreas urbanas densamente povoadas, onde a demanda por moradias supera a oferta. A crítica à charlatanice, mencionada por Engels, pode ser associada ao oportunismo e à exploração de situações de crise habitacional por parte de alguns atores, como especuladores imobiliários. No cenário contemporâneo, a especulação imobiliária, a gentrificação⁸ e a falta de políticas habitacionais eficazes ainda contribuem para acentuar as desigualdades no acesso à moradia. Portanto, embora a citação de Engels remonte a um período específico, suas reflexões sobre a escassez habitacional e seus impactos econômicos podem ser relacionadas aos desafios persistentes enfrentados pela sociedade contemporânea em relação à habitação e à necessidade de abordagens políticas e sociais mais justas e sustentáveis.

As características da urbanização brasileira apontam para um crescimento, adensamento e expansão contígua a malha urbana das regiões metropolitanas, com a deterioração e despovoamento das suas áreas centrais e padrões desiguais de acesso a terra. (CFESS, 2016, p.13). É possível identificar esse crescimento habitacional em cidades com extração e exploração mineral como aconteceu com Ouro Preto em séculos passados e na atualidade.

Segundo Engels (1845) para resolver a questão de moradia tende se levar em conta vários entraves, um seria a necessidade de equilíbrio econômico entre a oferta e a procura,

⁸A gentrificação é o termo que designa o processo de segregação socioespacial vivenciado em áreas urbanas, caracterizado pela valorização acentuada de determinada área, que culmina na saída de moradores antigos em razão do aumento local do custo de vida.

outra questão seria solucionar o antagonismo entre o campo e a cidade, para tal é necessária mudanças na política com a ascensão da classe operária ao poder, conforme citação a seguir,

Como se resolve, então, a questão da moradia? Em nossa sociedade atual, exatamente do mesmo modo como se resolve qualquer outra questão social: mediante o gradativo equilíbrio econômico entre procura e oferta, uma solução que sempre gera de novo seu próprio problema, não sendo, portanto, solução nenhuma. O modo como uma revolução social poderia solucionar essa questão não só depende das circunstâncias do momento, mas também tem a ver com questões muito mais profundas, sendo uma das mais essenciais a supressão do antagonismo entre cidade e campo. Dado que não precisamos criar sistemas utopistas para instaurar a sociedade futura, seria totalmente supérfluo entrar nesse tema. Uma coisa é certa, porém: já existem conjuntos habitacionais suficientes nas metrópoles para remediar de imediato, por meio de sua utilização racional, toda a real “escassez de moradia”. Naturalmente, isso só poderá ser feito mediante a expropriação dos atuais possuidores, ou então mediante a acomodação, nessas casas, de trabalhadores sem teto ou trabalhadores aglomerados nas moradias atuais; assim que o proletariado tiver conquistado o poder político, essa medida exigida pelo bem-estar público terá sua execução tão facilitada quanto outras expropriações e acomodações feitas pelo Estado atual. (Engels, 1845, pg. 52)

Neste sentido, para Engels (1845) enquanto houver este modo de produção capitalista é utopia querer resolver a questão social, bem como as suas expressões como, por exemplo, a questão da moradia sendo que a classe trabalhadora é afetada diretamente por essas expressões devido à condição de vida e os meios de trabalho que são ofertados.

No cerne do pensamento de Engels está a percepção de que o capitalismo, ao privilegiar a propriedade privada dos meios de produção, perpetua desigualdades sociais. A busca pelo lucro, muitas vezes à custa das condições de vida da classe trabalhadora, é inerente ao sistema. Dessa forma, a expressão da questão social, exemplificada pela escassez habitacional, é vista como uma consequência inevitável do funcionamento do capitalismo.

Na contemporaneidade, as palavras de Engels continuam a ressoar, uma vez que enfrentamos desafios persistentes em relação à habitação, impulsionados por dinâmicas de mercado, especulação imobiliária e uma distribuição desigual de recursos. A discussão sobre a utopia na resolução dessas questões ganha relevância à medida que as políticas habitacionais e sociais muitas vezes confrontam resistências e obstáculos fundamentais dentro do sistema capitalista. Assim, a análise de Engels serve como um chamado à reflexão sobre as estruturas fundamentais do capitalismo e a necessidade de aprofundamentos para abordagens das expressões da questão social, incluindo a problemática da habitação.

1.4 Elementos acerca do direito à cidade

Em relação ao direito à cidade Lefebvre (2001), faz uma contextualização a partir do processo de industrialização. Para compreender o projeto que levaria à Sociedade Urbana, é necessário analisar as contradições e oposições que marcam a transição da racionalidade industrial para o urbano. Essas oposições incluem concentração e dispersão, centralidade e segregação, uso e troca, habitar e habitat, obra e produto, historicidade e História, desenvolvimento e crescimento, apropriação e dominação, entre outras. Essas contradições também se manifestam em diferentes esferas da sociedade, como o mundo do trabalho (com a divisão do trabalho), a própria condição humana (entre o homem teórico e o homem prático), nas relações entre arte, técnica e conhecimento, bem como nas Ciências.

Reconhecer as contradições e oposições presentes na transição para a Sociedade Urbana é fundamental para compreender a complexidade desse processo. Ao analisar essas contradições como uma totalidade em movimento, é possível perceber como elas se interconectam e influenciam uns aos outros. Neste sentido, de acordo com Lefebvre,

“Temos à nossa frente um duplo processo ou, preferencialmente, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois aspectos deste processo, inseparáveis, tem uma unidade, e, no entanto, o processo é conflitante” (Lefebvre, 2001, pag. 16)

A busca por uma Sociedade Urbana, mais justa e igualitária é um desafio que precisa ser compreendido mais profundamente, a busca pela sociedade sustentável está envolta em contradições, e ter esta consciência é um passo para a superação. Lefebvre (2001) aponta que o reconhecimento da interdependência entre a concentração e a dispersão, a centralidade e a segregação possibilita o desenvolvimento de abordagens integradas que superem esta separação.

Em suma, compreender e superar as contradições e oposições presentes na transição da racionalidade industrial para a Sociedade Urbana é fundamental para apreender o projeto que levaria a essa sociedade. Isso requer uma abordagem integrada, consciente das interdependências e comprometida com a construção de cidades mais justas, sustentáveis e inclusivas.

Segundo Lefebvre (2001) todos os habitantes das cidades devem participar ativamente na produção do espaço urbano, de acordo com suas necessidades e desejos, sendo este um

direito fundamental. Ele faz reflexões sobre o espaço urbano para além da lógica capitalista, na sua forma social este espaço deve proporcionar trocas e experiências coletivas, sendo essencial que todos tenham acesso igualitário aos recursos humanos e estejam envolvidos nos processos de tomadas de decisão relacionadas às melhorias ou intervenções nestes espaços que os envolvem.

Neste sentido, Lefebvre (2001) faz críticas à alienação do espaço urbano pela lógica do capital que resulta nas desigualdades sociais, exclusão e segregação dos grupos sociais. Ele ressalta a função social da cidade, espaço este que promova interações sociais e não deve ser fragmentado entre moradia, trabalho e lazer e sim integrado envolvendo outros aspectos da vida cotidiana que promovam uma vida urbana mais significativa e abrangente. Em relação a uma sociedade mais igualitária, Lefebvre (2001), aponta as ideologias de filósofo como Lewis Mumford, G, Bardet, dentre outros, na seguinte reflexão:

“[...] Imaginam ainda uma cidade composta não por cidadãos, mas por cidadãos livres, libertados da divisão do trabalho, das classes sociais e da luta dessas classes, constituindo uma comunidade, associados livremente para a gestão dessa comunidade. Compõem assim, como filósofos, o modelo da cidade ideal. Imaginam a liberdade no século XX como a liberdade da cidade grega (singularmente travestida por uma ideologia: apenas a cidade como tal possuía a liberdade, e não os indivíduos e os grupos). Portanto, pensam na cidade moderna segundo o modelo da cidade antiga, identificada com a cidade ideal e simultaneamente racional. A Ágora, lugar e símbolo de uma democracia limitada aos cidadãos e que exclui as mulheres, os escravos, os estrangeiros, continua a ser, para uma certa filosofia da cidade, o símbolo da sociedade urbana em geral”. (Lefebvre, 2001, pág. 47 e 48)

Este direito à cidade abrange a ideia de uma cidade mais inclusiva, participativa e socialmente justa, é também um espaço de criação e imaginação que condiz com a produção cultura e simbólica do espaço urbano, transformando-o a partir das necessidades, desejos, criatividade e da diversidade. É um chamado para repensar e transformar o espaço urbano, garantindo que todos os habitantes se apropriem e tenham acesso igualitário aos benefícios da cidade e possam participar ativamente na sua produção e vivência.

Lefebvre (2001) enfatiza a dimensão social da cidade onde também existem as contradições, correlações de poder, identidades e diversas formas de ser, porém, não deve ser vista somente nestas particularidades e sim como um espaço constituído pela sociedade, sendo que neste espaço urbano estão refletidos os interesses para o bem comum. Neste sentido ele ressalta o caráter fascinante do espaço urbano, sendo um ambiente que tanto reflete como cria a sociedade.

Na perspectiva marxista, Lefebvre (2001) reflete sobre o papel do Estado em meio ao espaço urbano, cujas ações voltadas para a produção e reprodução capitalista visam favorecer

a burguesia, e as diferenças são visíveis em diversas partes da cidade, onde refletem as distintas classes existentes e evidencia o poder e a influência dos ricos e poderosos em determinadas áreas e a precariedade e falta de investimentos de outras áreas periféricas. Essas desigualdades sociais se acentuam nas regiões periféricas.

Lefebvre (2001) critica a mercantilização, a especulação imobiliária e a exclusão social nas cidades capitalistas, onde é fundamental a participação popular de forma democrática nas tomadas de decisões, na definição do uso e organização dos espaços urbanos, ou seja, esse direito a cidade não se limita ao acesso do espaço físico, tem o caráter de proposição, transformação e produção deste espaço através dos grupos sociais. Sendo necessária a valorização dos aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais da cidade.

Nas reflexões de Maricato sobre o direito à cidade,

A periferia é o exílio, o antiurbano. A cidadania prevê o direito, não apenas a Terra, mas à cidade, com seu modo de vida, com seus melhoramentos, com suas oportunidades de emprego, de lazer, de organização política. Terra urbana, diante desse raciocínio significa Terra urbanizada. (Maricato, 1985, p.408.)

Neste Sentido, Maricato (1985), destaca o direito à cidade em sua totalidade, sendo um espaço de inclusão de todas as classes sociais, exemplificando a ocupação dos espaços para além do lugar de moradia, permitindo o acesso a espaços sociais, culturais, bem como o envolvimento na participação coletiva através da política, onde o espaço é socialmente construído no sentido dos melhoramentos, seja na infraestrutura, no desenvolvimento ampliado e na melhoria da qualidade de vida. Neste sentido,

A luta pela cidade é a luta pela cidadania, pelos direitos de todos/as ao trabalho, à educação, ao lazer, à saúde, à habitação, à criação, à participação política, a cidade como fruição. Nesse sentido, a produção do espaço é social e, portanto, pressupõe uma relação orgânica entre produção e reprodução de novas relações sociais. (CFESS, 2016, p.16)

Essa citação destaca a conexão intrínseca entre a luta pelo espaço urbano e a busca pelos direitos fundamentais associados à cidadania. A expressão "A luta pela cidade é a luta pela cidadania" enfatiza que a batalha por condições urbanas adequadas está diretamente ligada à defesa dos direitos de todos em áreas essenciais, como trabalho, educação, lazer, saúde, habitação, criação, participação política e usufruto da cidade. O trecho aponta que a cidade não é apenas um cenário físico, mas um ambiente social onde ocorre a vida cotidiana de seus habitantes. Portanto, a "produção do espaço" refere-se à maneira como o ambiente

urbano é criado, organizado e transformado, e essa produção não é apenas um processo físico, mas também social. Isso implica que a configuração e o uso do espaço urbano refletem e moldam as relações sociais entre as pessoas que habitam a cidade. A ideia de uma "relação orgânica entre produção e reprodução de novas relações sociais" sugere que a forma como o espaço urbano é planejado, construído e utilizado influencia diretamente as interações sociais e a construção de uma sociedade mais justa. Portanto, a luta pela cidade é vista como uma luta pela criação de um ambiente que promova a equidade, o acesso aos direitos básicos e a participação ativa dos cidadãos na vida urbana.

Essa perspectiva destaca a importância de entender o espaço urbano como um componente crucial para a realização plena da cidadania e a necessidade de uma abordagem que integre aspectos sociais, econômicos e políticos na formulação e implementação de políticas urbanas.

1.5 Dos acessos à moradia enquanto direito social

A Constituição Federal de 1988 consagra a moradia como um direito social, conforme disposto em seu artigo 6º. O referido dispositivo estabelece que "são direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição". Em consonância a este direito a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001⁹, dispõe sobre o estatuto das cidades e estabelece diretrizes gerais da política urbana, no artigo 2º inciso I da garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito a terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. Este estatuto regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 88 e estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Conforme a Lei supracitada a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Como forma de viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável, o governo federal cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social,

⁹Estatuto das cidades- Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm - acesso em nov/2023.

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS foi instituído pela Lei Federal nº 11.124 de 16 de junho de 2005 e tem como objetivo principal implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda, que compõe a quase totalidade do déficit habitacional do País. Além disso, esse Sistema centraliza todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, sendo integrado pelos seguintes órgãos e entidades: Ministério do Desenvolvimento Regional, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Caixa Econômica Federal, Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional, Conselhos, Órgãos e Instituições da Administração Pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios, relacionados às questões urbanas e habitacionais, entidades privadas que desempenham atividades na área habitacional e agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111124.htm - Acesso Nov/2023

Neste sentido, a lei supracitada institui o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS que,

Desde 2006 centraliza os recursos orçamentários dos programas de Urbanização de Assentamentos Precários e de Habitação de Interesse Social, inseridos no SNHIS. O Fundo é composto por recursos do Orçamento Geral da União, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, dotações, recursos de empréstimos externos e internos, contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais e receitas de operações realizadas com recursos do FNHIS. Esses recursos têm aplicação definida pela Lei, como, por exemplo, a aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais, a produção de lotes urbanizados para fins habitacionais, a regularização fundiária e urbanística de áreas de interesse social, ou a implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas de habitação de interesse social. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-006/2005/lei/111124.htm - Acesso Nov/2023.

Isso demonstra a intenção de concentrar os recursos de diferentes fontes em um fundo central, proporcionando maior eficiência na implementação de programas habitacionais e de urbanização, com o objetivo de promover condições dignas de moradia e desenvolvimento urbano para a população mais vulnerável.

CAPÍTULO 2 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS E HISTÓRICOS DA CIDADE DE OURO PRETO, OCUPAÇÃO TERRITORIAL, CRESCIMENTO POPULACIONAL E PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

2.1 Elementos Constitutivos e históricos da cidade de Ouro Preto

A expansão territorial brasileira e a ocupação de áreas como a de Ouro Preto, Mariana, dentre outras regiões mineiras, ocorreu através do processo de colonização e teve como objetivo principal a extração de ouro. Segundo Moraes (2002), a colonização envolve um assentamento com certa fixação e perenidade, mesmo que temporário ao longo da história. Nesse assentamento está embutido, o uso da violência, a imposição de novos costumes, a descaracterização do espaço e a mudança da identidade de um povo.

Entre os séculos 18 e 19 a configuração espacial do território de Minas Gerais seguiu uma trajetória de desenvolvimento onde encontramos uma inversão da tradicional relação entre o rural e o urbano (Fonseca, 2015, p. 3). De acordo com Fonseca,

Em Minas Gerais a inversão entre o rural e o urbano está relacionada com o tipo de sociedade produzida a partir da preponderância da atividade mineradora, durante os períodos iniciais de ocupação do território. Foi pela mineração que surgiram conglomerados populacionais e atividades socioculturais tipicamente urbanas. Por outro lado, foram as necessidades destes núcleos urbanos que deram origem ao espaço rural que foi se especializando pela produção de alimentos e utensílios para o abastecimento das cidades da região mineradora, que se encontravam no centro da Capitania/Província. (Fonseca, 2015, p.3)

Fonseca (2015) destaca a relação intrínseca entre a inversão do o rural e o urbano em Minas Gerais e a predominância da atividade mineradora como fator determinante nesse processo. Durante os estágios iniciais de ocupação do território, a mineração desempenhou um papel crucial na formação de aglomerados populacionais e na promoção de atividades socioculturais de natureza urbana. A atividade mineradora não apenas estimulou o surgimento de núcleos urbanos, mas também moldou as necessidades desses centros, influenciando diretamente a configuração do espaço rural. Este último, por sua vez, especializou-se na produção de alimentos e utensílios destinados ao abastecimento das cidades da região mineradora. A interdependência entre o espaço rural e urbano, marcada pela atividade mineradora, revela uma dinâmica única na estruturação socioeconômica de Minas Gerais. A urbanização não apenas gerou centros de atividade econômica e cultural, mas também impulsionou a especialização e o desenvolvimento do espaço rural para atender às demandas urbanas. Essa interconexão entre ruralidade e urbanidade, originada pela atividade mineradora, configura uma narrativa complexa e variada da história e desenvolvimento da

região. A compreensão dessas relações é essencial para uma análise abrangente das transformações socioeconômicas e culturais ocorridas em Minas Gerais ao longo do tempo.

O foco deste capítulo é discorrer sobre os elementos constitutivos da cidade de Ouro Preto para entender os problemas habitacionais em que a população principalmente do bairro Taquaral se depara nos dias atuais, porém é importante elucidar mesmo que brevemente sobre a cidade de Mariana-MG por ser nossa cidade vizinha e ter sido fundada e explorada antes de Ouro Preto,

“Na região do Ribeirão do Carmo o paulista Bento Rodrigues, ao atravessar o morro Vila Rica, encontrou uma área excepcionalmente opulenta no morro denominado de Mata Cavalos. Entre o final do século XVII e os primeiros anos do século XVIII (1701-1800) teve início o processo de colonização nas redondezas do Ribeirão”. (Pires, 2012, p.26).

Pires (2012) destaca um momento crucial na história de Mariana, ressaltando a descoberta e colonização dessa área durante o período citado, com ênfase nos elementos que tornaram a região atrativa para os primeiros colonizadores. Essa descoberta desencadeou um importante capítulo na história da região, promovendo a ocupação e estabelecimento de comunidades.

Conforme Vasconcellos (1956) a origem de Ouro Preto está ligada à descoberta do ouro aluvião pelos exploradores Antônio Dias de Oliveira e padre João de Faria Fialho, que ocuparam as margens dos ribeirões e os morros que circundam a cidade, onde o minério era abundante. Fundada em 1698, por bandeirantes paulistas, tornou-se sede da Capitania das Minas Gerais em 1711, quando foi elevada à categoria de vila, com o nome de Vila Rica de Albuquerque.

De acordo com Sobreira (2014), a ocupação iniciou-se e desenvolveu-se a partir da descoberta de abundantes depósitos de ouro aluvionar no final do século XVII, tendo rapidamente se tornado o segundo maior centro populacional na América Latina e também capital da Província de Minas Gerais. Este período ficou conhecido como ciclo do ouro. A cidade passou por um rápido crescimento populacional, foi considerada uma das maiores vilas da colônia portuguesa.

Segundo Sobreira (2014) o auge da corrida do ouro ocorreu nas primeiras décadas do século XVIII, com intensas atividades mineradoras subterrâneas e a céu aberto, em vales e encostas, principalmente na Serra de Ouro Preto, limite norte da atual cidade. Este fluxo impulsionou a economia à época, intensificou e expandiu a colonização no Brasil, porém,

causou impactos ambientais irreparáveis na cidade. Além dos mineradores, chegaram também comerciantes, religiosos, profissionais liberais, uma grande quantidade de africanos escravizados e inclusive a própria coroa portuguesa fato único na história do ocidente. As intensas atividades mineradoras resultaram em desmatamento, contaminação dos rios e degradação do solo. O desmatamento se ampliou para a criação de grandes áreas destinadas à exploração do ouro, causando um desequilíbrio ecológico na região. De acordo com Vasconcellos,

Desde que assumia a coroa o encargo da organização efetiva das povoações, transformando-as em vilas, cuidava, imediatamente, de traçar as normas reguladoras de sua existência, entre as quais se encontravam as referentes à arquitetura e urbanismo. (Vasconcellos, 1956. p. 93).

Neste sentido é possível analisar a uniformidade padrão das construções nos centro histórico de Ouro Preto. Em relação aos assentamentos, segundo Vasconcellos (1956), em 1743 havia 538 casas, na principal estrada da entrada de Ouro Preto sentido Passa Dez até o centro histórico, totalizando 4.304 habitantes sendo oito pessoas por moradia. “Esta indicação, porém, deve referir-se apenas à população livre, proprietária dos imóveis recenseados, excluídos os escravos dela dependentes” (VASCONCELLOS, 1956, p.49). Para o autor, os dados populacionais sobre a população de Vila Rica e da Capitania são falhos, pois, são considerados pelo desenvolvimento demográfico em áreas e classes definidas. Porém, pela segunda metade do século XVIII é possível uma aproximação mais realista da população. Para Vasconcellos,

Consignam 400.000 pessoas na Capitania¹⁰, 70.000 no termo¹¹ e 25.000 em Vila Rica, totais que decaíram no decorrer da contúria, principalmente quanto à cidade de Ouro Preto que em 1902, já privada de sua condição de capital da província, só dispunha de 1.553 prédios e 10.000 habitantes. (Vasconcellos, 1956, p.51)

Conforme Vasconcellos (1956), no ciclo do ouro na cidade então conhecida como Vila Rica, a exploração das riquezas se dava predominantemente através da mão de obra

¹⁰Capitania: Refere-se a uma região administrativa colonial. O termo "consignam" indica que havia um registro ou censo que estimava uma população de 400.000 pessoas na Capitania, representando a quantidade de habitantes em uma área mais ampla.

¹¹Termo: Provavelmente, esse termo se refere a uma subdivisão ou área dentro da Capitania. Neste caso, havia uma população estimada de 70.000 pessoas nessa subárea.

escravizada. Poucos tinham acesso à propriedade da terra, ao cultivo, e aos meios de produção, acarretando o aumento das desigualdades sociais. A coroa portuguesa buscava limitar e controlar a riqueza produzida com o acúmulo do ouro e o acesso à terra aos trabalhadores pobres, o que dificultava a emancipação destes sujeitos.

De acordo com Moraes (2002), a colônia expressa a instalação do elemento externo, do que chega àquele espaço, ou seja, o processo de exploração do ouro, se deu de forma violenta, onde foram impostos novos modos de vida, relações sociais, estruturas econômicas, culturais e políticas através da escravização. “A colonização implica a criação de uma nova estrutura nas terras incorporadas ao patrimônio da sociedade que se expande, uma estrutura articulada com os interesses da expansão, comumente localizados no centro difusor original” (MORAES, p.63, 2002). A articulação da nova estrutura com os interesses da expansão indica uma relação estreita entre a colonização e os objetivos específicos da sociedade que empreende essa expansão. Isso implica não apenas na ocupação física do território, mas também na implementação de instituições, práticas e relações que atendam aos propósitos delineados pelo centro difusor. Dessa forma, a citação destaca a natureza complexa e intencional da colonização, enfatizando a criação de uma ordem específica adaptada aos objetivos da sociedade que promove a expansão.

A produção aurífera gerou um setor dominante para a economia colonial brasileira. A partir daí, a colônia como um todo trabalhou para a região mineradora. (MORAES, 2001, p. 112). Neste sentido, a prática da colonização não se restringiu à ocupação territorial, proporcionou implicações profundas na estrutura social e estabeleceu uma nova organização social, constituindo pessoas pobres e os expulsou para novos assentamentos afastados dos núcleos urbanos desenvolvidos e das residências das elites. A população menos favorecida economicamente foi deslocada e excluída para áreas periféricas. Esse fenômeno contribuiu para a formação de novos assentamentos caracterizados por condições habitacionais precárias e com uma série de desafios socioeconômicos. Segundo Vasconcellos (1956),

Com a formação das várias classes sociais, tende também o homem a galgar posições cada vez mais elevadas, no que é contrariado pelo pauperismo em que, de certo modo, se debate. Decorre deste conflito o esforçar-se cada um por aparentar riqueza acima de suas posses, derramando-se em vãs ostentações, prejudiciais, na maioria das vezes, ao verdadeiro conforto necessário à família. E quando não pode então a vaidade objetivar-se individualmente, serve-se das iniciativas de cunho coletivo (festas e obras religiosas), cujo êxito serve ao orgulho de seus realizadores. (Vasconcellos, 1956, p.60).

A dinâmica da colonização, ao estabelecer uma nova ordem social, perpetuou desigualdades ao privilegiar determinados grupos e desfavorecer outros. A expulsão das pessoas pobres para áreas remotas consolidou uma estrutura espacial e social que reflete as prioridades e interesses dos colonizadores.

Essa prática de segregação social durante o processo de colonização teve implicações duradouras, influenciando as condições de vida e as oportunidades disponíveis para diferentes estratos da sociedade. Portanto, compreender a colonização não apenas como um fenômeno territorial, mas também como um modelador da estrutura social, é essencial para uma análise aprofundada das dinâmicas históricas e de suas repercussões na configuração social contemporânea.

Essas reflexões são importantes para analisar a cidade de Ouro Preto sobre o olhar da dimensão espacial que foi socialmente constituída a partir da extração, expropriação e exploração no ciclo do ouro¹². Para Moraes,

Nos países de formação colonial a dimensão espacial adquire considerável potência na explicação de suas dinâmicas históricas, pois a colonização é em si mesma um processo de relação entre a sociedade e o espaço. A colonização envolve uma sociedade que se expande e os espaços onde se realiza tal expansão, implicando apropriação da terra e submissão das populações autóctones defrontadas. (Moraes, 2002, p.112)

Em 1720¹³, a cidade foi escolhida como capital da nova capitania de Minas Gerais e em 1823, após a Independência do Brasil, Vila Rica recebeu o título de Imperial Cidade, conferido por D. Pedro I do Brasil, tornando-se oficialmente capital da província das Minas Gerais e passa a ser designada como Imperial Cidade de Ouro Preto. Em 1839 foi criada a Escola de Farmácia e em 1876 a Escola de Minas, a cidade sediou o movimento revolucionário conhecido como Inconfidência Mineira. Além de ser a capital da província, passou a ser do estado, até 1897. De acordo com Galeano (1970), a Vila Rica de Ouro Preto é como a personificação da civilização do ouro, destacando o poder e a riqueza dos comerciantes locais, que superavam até mesmo os mais bem-sucedidos mercadores de Lisboa. A cidade era um centro de concentração de ouro e lar de pessoas refinadas, incluindo leigos, religiosos, nobres e militares. Ele descreve Ouro Preto como a cabeça da América íntegra e a pérola preciosa do Brasil, devido ao poder de suas riquezas.

¹²Atualmente ainda a dimensão espacial ouropretana e totalmente influenciada pela extração do minério de ferro.

¹³Disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/historia>, acesso em Nov/2023.

De acordo com Mello e Souza (1986), no período de escassez da extração do ouro em Minas Gerais, até os filhos de antigos e ricos mineiros, arruinados e falidos, caíram na miséria e buscaram refúgio em áreas rurais. Assim os homens livres e pobres buscaram a subsistência através do garimpo, o que fez aumentar a fome e a miséria, principalmente no fim do ciclo do ouro. Mello e Souza (1986) destacam um aspecto relevante do período de escassez na extração do ouro em Minas Gerais, fornecendo uma visão penetrante sobre as consequências sociais da crise econômica. A narrativa revela a dramática transformação da sorte de famílias outrora ricas, evidenciando como a falência decorrente da crise no setor aurífero lançou até mesmo os filhos desses mineiros abastados na miséria. A busca desesperada por refúgio em áreas rurais sugere uma inversão abrupta de fortunas que afetou não apenas os estratos sociais mais baixos, mas também a elite econômica da região.

O recurso ao garimpo como meio de subsistência para homens livres e pobres ressalta a vulnerabilidade da população diante das oscilações econômicas e a falta de planejamento para o período de escassez do ouro. Contudo, vale destacar que essa estratégia de sobrevivência também contribuiu para a intensificação da fome e da miséria, agravando as condições sociais já precárias. Essa realidade no fim do ciclo do ouro em Minas Gerais evidencia as raízes das profundas desigualdades sociais. Segundo Sobreira (2014) este ciclo findou-se ao final do século XVIII, com o exaurimento das jazidas auríferas, mas a cidade ainda teve sua fase de prosperidade prolongada durante o século XIX por ser o centro político e administrativo da província.

A antiga capital de Minas conservou grande parte de seus monumentos coloniais e em 1933 foi elevada a Patrimônio Nacional¹⁴, sendo, cinco anos depois, tombada pela instituição que hoje é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 05 de setembro de 1980, na quarta sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizada em Paris, a cidade de Ouro Preto foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade.

Marcos importante da história brasileira relacionados a Ouro Preto e à região de Minas Gerais¹⁵:

- Final do século XVII e início do XVIII: período marcado pelo clímax das explorações paulistas na região, e foi quando foi descoberto o "ouro preto", que atraiu muitos mineradores para a área.

¹⁴Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/historia>, acesso em Nov/2023.

¹⁵Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/historia>, acesso em Nov/2023

- 1708 - Guerra dos Emboabas: marcada por conflitos entre paulistas, que já exploravam a região, e os "forasteiros", ou seja, pessoas de outras origens que também buscavam riquezas nas minas. A guerra atingiu seu ponto alto no distrito de Cachoeira do Campo.
- 1720 - Revolta liderada por Filipe dos Santos: foi uma manifestação contra o Quinto, um imposto cobrado pela Coroa Portuguesa sobre a produção de ouro. Filipe dos Santos liderou motins e protestos contra essa taxa, refletindo o descontentamento da população local com a exploração econômica imposta pelo domínio português.
- 1789 - Inconfidência Mineira: Esse foi um movimento de conspiração ocorrido em Minas Gerais, que tinha como objetivo tornar a região independente do domínio português. Vários segmentos da sociedade mineradora, incluindo intelectuais, militares e comerciantes, estavam envolvidos nessa confabulação. A Inconfidência Mineira se tornou um símbolo importante de luta pela independência e de resistência ao sistema colonial.

Segundo Oliveira (2006), desde que ocorreu a fixação nas áreas mineradoras da região de Ouro Preto, no final do século XVII e início do XVIII, a cidade teve várias imagens. De um local que "exalava conflitos", no dizer do Conde de Assumar, governador da Capitania das Minas no século XVIII, até a de uma capital que dificultava a modernização do Estado no início da República.

2.2 Formação de Arraiais em Ouro Preto a partir do século XVIII

O início da ocupação de Ouro Preto ocorreu com a formação de arraiais¹⁶ mineradores isolados como: Ouro Podre, Taquaral, Antônio Dias, Pilar. De acordo com informações do IPHAN, de 1712 a 1721 os aforamentos feitos em Vila Rica¹⁷, compreendendo os bairros do Passa Dez (fim da atual Rua das Cabeças), Caquende (atual Rosário), fundos de Ouro Preto,

¹⁶Arraial é constituído por um espaço de vivência coletiva que expressas necessidades sociais e econômicas de um grupo de Vizinhança. Ele pode originar-se de um toco acampamento ou de um conjunto de primitivas casas agrupadas ao longo de riachos datas minerais e de uma Capelinha. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VGRO-7BTH7V/1/disserta_o_de_fabiano_gomes_da_silva.pdf-aceso_nov/2023

¹⁷REVISTA DO IPHAN Nº 05 ANO 1941- Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&id=26020490743&pagfis=5687> , acesso Nov/2023.

subida para a Praça, descida para o Antônio Dias atual, ponte de Antônio Dias, Alto da Cruz, Padre Faria e Lages - todo o âmbito, portanto, da atual cidade. Segundo Bastos,

De uma maneira geral as primeiras vilas se implantaram sobre assentamentos mineradores pré-existentes que, logo nos prematuros anos da ocupação, já constituíam arraiais concentrados comunitariamente em torno de capelas. Futuras matrizes, essas "capelas Provisórias" no dizer de Sylvio de Vasconcellos¹⁸, eram geralmente incorporadas a novas e mais "capazes" igrejas como suas capelas- mores. As criações dessas "novas povoações" eram passos decisivos na progressiva cadeia de estratégias e ordenações reinóis, e definiram de vez a intervenção metropolitana sobre o território de Minas Gerais. (Bastos, 2012, p. 93)

Segundo Vasconcellos (1956), os primeiros arraiais explorados a beira-rio foram: Bom Sucesso, Padre Faria, Antônio Dias e Pilar. E os demais arraiais já nos altos dos morros sendo: Pascoal da Silva, Pau Doce, Ouro Podre, Ouro Fino, Santana, Ramos e etc., o que originou vários povoados. De acordo com Bastos,

A implantação de uma vila instaurava uma série de providências, como o levantamento do pelourinho, instalação e construção da Câmara, acomodada provisoriamente em "casas de morada", cadeia, eventualmente um quartel etc.[...] Para além das implicações concernentes à complexa política territorial ultramarina no século XVIII, e concentrando-nos no aspecto intrínseco das povoações, estava a partir de então instalada uma estrutura administrativa com expressiva responsabilidade para intervir sobre o âmbito Urbano das povoações. Dentre os objetivos principais dessa estrutura, estava não apenas administrar a construção da vila e demais "arraiais" e "lugares" de seu "termo", como também "corrigir", "retificar", "reformatar" e "alinhar" como fosse possível sobre as primeiras ocupações estabelecidas pelos moradores. Ocorre que, em Minas, uma especificidade influi sobremaneira sobre as contingências e decisões vindouras: de forma inédita na colônia, até então, o lugar do trabalho e o lugar de habitação eram coincidentes, reafirmando singularmente a concentração e o caráter Urbano dessas povoações. (Bastos, 2012, p.94)

Ouro Preto passa por um esvaziamento populacional quando perde o status de capital mineira¹⁹ em 1897. Este fato acabou inibindo o crescimento urbano da cidade nas décadas seguintes, porém a cidade continuou polarizando seus distritos e manteve a preservação do Centro Histórico de Ouro Preto. A figura abaixo ilustra a evolução da ocupação de Ouro Preto entre 1698 a 1940.

¹⁸VASCONCELLOS, Sylvio de. Vila Rica : Formação e Desenvolvimento- Residências, 1977. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1956.

¹⁹ Disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/historia>, acesso Nov/2023.

Figura 1: Evolução da ocupação de Ouro Preto entre 1698 a 1940.

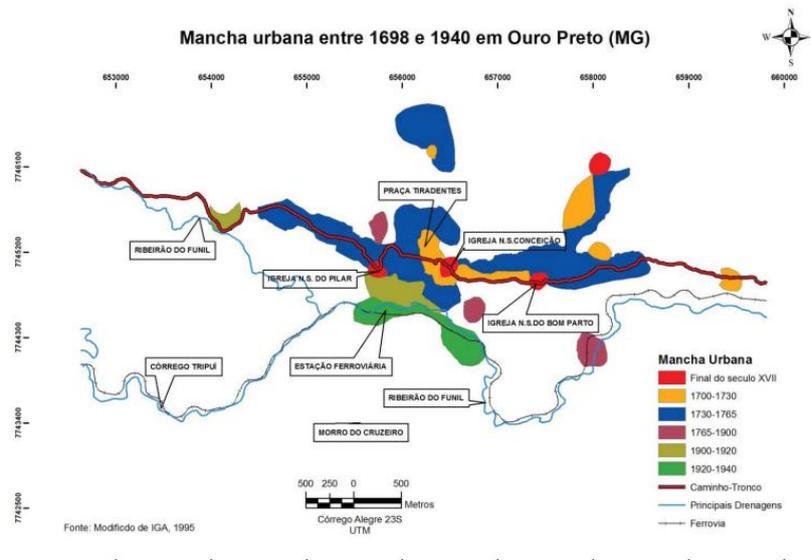


Fig. 2 - Evolução da ocupação urbana entre 1698 e 1940. Fonte: Oliveira (2010).

Fonte: Oliveira, Sobreira, 2010, editada pela autora em Nov/2023.

2.3 Retomada do crescimento populacional de Ouro Preto a partir da industrialização

Partindo do pressuposto da formação da cidade de Ouro Preto a partir dos arraiais e buscando um resgate retrospectivo dos processos que levaram à conformação das áreas, apontamos as reflexões de Moraes,

A formação territorial é, do ponto de vista espacial, um processo cumulativo que articula os resultados de formas de sociabilidade não necessariamente contínuas e sincrônicas; as intervenções e construções anteriores aparecendo ante um novo ciclo de povoamento como parte da herança espacial local, perfilando-se ao lado das características do meio natural como elementos de qualificação dos diferentes espaços. Contudo, a apropriação de espaços e sua colocação na órbita de uma dada dominação política, que o qualifica como seu patrimônio, obedece sempre à lógica societária vigente, permitindo a identificação de padrões (historicamente delineados) de objetivação deste processo. Nesse sentido, o território estatal nacional é uma forma histórica específica. (Moraes, 2002, p.54)

A exploração do ouro em massa durante o período colonial resultou em um modelo econômico baseado na extração intensiva de recursos naturais, o que levou à ocupação desordenada da cidade ocasionando à falta de planejamento urbano adequado. Essa ocupação

levou a assentamentos em áreas de risco²⁰, onde as condições de habitação são precárias e apresentam maior vulnerabilidade a desastres ambientais, para, além disso, contribuiu para a formação de desigualdades socioeconômicas e raciais.

O processo industrial provocou a retomada do crescimento econômico e populacional de Ouro Preto. De acordo com Oliveira e Sobreira (2014), o desenvolvimento da cidade retornou a partir da década de 1940, com as atividades de mineração de alumínio, ferro e outros minérios, inclusive o ouro, além da implantação de algumas indústrias na região, principalmente a empresa Alcan Alumínio do Brasil com o início de uma nova fase de recuperação econômica.

Oliveira e Sobreira (2014) buscaram estudar e cartografar, as direções e os movimentos da evolução da ocupação urbana em Ouro Preto a partir de 1950, considerando o início do povoamento no século XVIII e a decadência no século XIX. Eles tomaram por base, o estudo realizado pela fundação João Pinheiro até 1950, através da elaboração do Plano de Conservação Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana de 1975.

De acordo com Oliveira e Sobreira (2014), a análise a partir da década de 1950 teve como base a interpretação de fotografias aéreas de diferentes datas, que retratam a área urbana da cidade no início da década de 1950, no final das décadas de 1960 e 1970, em meados da década de 1980 e no início da década de 1990.

O desenvolvimento industrial em Ouro Preto trouxe uma nova perspectiva para a economia local, esse novo modelo econômico, impulsionou um contingente populacional a ocupar os espaços de Ouro Preto, iniciando pelo entorno da fábrica da Alcan Alumínio do Brasil, e posteriormente para as áreas adjacentes. Na década de 1950, “a cidade assentava-se sobre as áreas basais da Serra de Ouro Preto, no vale central e nos locais onde a morfologia aplainada ou suave propiciava a ocupação” (Oliveira; Sobreira, 2014, p.870).

Os trabalhadores em geral, buscaram assentamentos precários nos morros e nas encostas do município. Segundo Bastos (2012),

O fato de Vila Rica ter se assentado em um terreno bastante acidentado pode ser considerado uma exceção, dentro das recomendações autorizadas pelos tratados que fundamentaram a urbanística portuguesa desde o século XVI. (Bastos, 2012, p.207).

²⁰Área de risco: áreas com risco de ocorrência de acidentes ambientais, cujos potenciais danos diretos ou indiretos à saúde humana, ao meio ambiente ou a outro bem a proteger estão relacionados com as atividades potencialmente impactantes e com a vulnerabilidade dos sítios frágeis associados.

Esses assentamentos precários se desenvolvem a partir das condições sociais, econômicas e estruturais que se constituíram a partir da mineração citada anteriormente. De acordo com Calil,

As edificações, em sua maioria precárias, são construídas pelos próprios moradores, muitas vezes em regime de mutirão. Muitas destas encontram-se implantadas em áreas de risco geológico. As residências possuem usos uni e multifamiliar, ocorrendo inúmeros casos de coabitação, em que uma única casa abriga mais de uma família. São frequentes as expansões da edificação à medida que a família aumenta, ou para anexar o uso comercial ou de serviço ao residencial. (Calil,2018, p.34)

Esses assentamentos precários em área de risco impactam diretamente na qualidade de vida da população residente, “este risco resulta da combinação de condições geomorfológicas críticas com ações antrópicas inadequadas, sendo a atividade mineradora realizada nos séculos XVII e XVIII a mais significativa” (Calil, 2018, p. 9). A presença de condições geomorfológicas críticas refere-se a características específicas do relevo e da topografia que tornam a região propensa a deslizamentos, erosões ou outros eventos naturais que representam riscos para a segurança das habitações. Esses riscos são exacerbados por ações humanas inadequadas, como ocupações desordenadas, falta de infraestrutura adequada e ausência de planejamento urbano.

Segundo Oliveira e Sobreira (2014) os bairros mais povoados na década de 1950 eram: Cabeças, Rosário, Pilar, Centro, Antonio Dias, Barra, Alto da Cruz e Padre Faria. O núcleo histórico que manteve inalterado desde fins do século XVIII, sofreu um processo de expansão, sendo aproveitadas todas as áreas de sua periferia que ofereciam condições razoáveis para a ocupação.

De acordo com Oliveira, Sobreira (2014), a partir de 1960 há movimento de ocupação no norte na serra de Ouro Preto nos bairros: Morro Santana, São Cristóvão e São Sebastião. Neste sentido, os autores elucidam que,

“A partir dos anos sessenta, o crescimento da população e a conseqüente necessidade de criação de novas áreas urbanas não foram acompanhados por planejamento prévio adequado, a exemplo do que aconteceu em todo país, originando uma expansão caótica da malha urbana”. (Sobreira; Oliveira, p. 868, 2014).

Em 1978, verifica-se crescimento na cidade e a expansão urbana em direção aos bairros: Vila Aparecida, Nossa Senhora da Piedade, Taquaral e Morro Santana. Os autores apontam que,

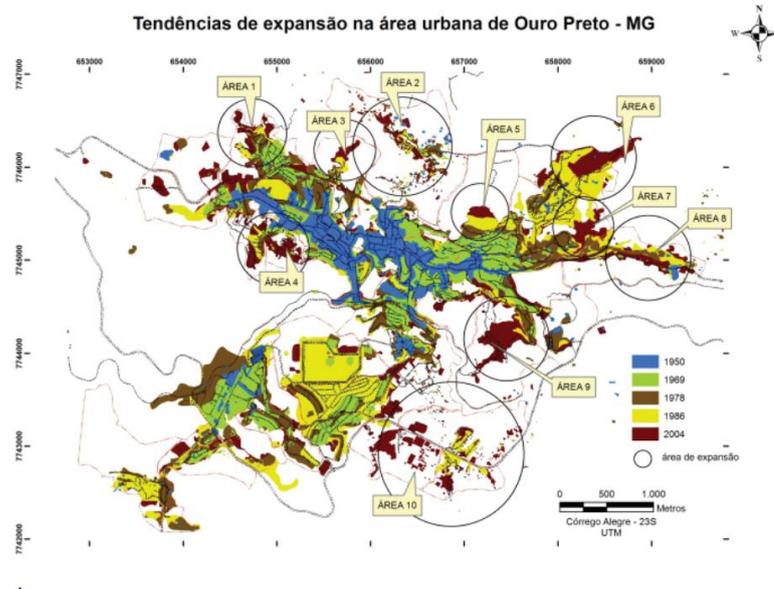
Bairros como Alto da Cruz, Água Limpa, Barra, Cabeças e Nossa Senhora do Pilar, que vinham sofrendo o processo de urbanização nas últimas décadas tiveram seus territórios ocupados completamente, enquanto outros começaram a surgir, tais como: Passa Dez de Cima e Passa Dez de Baixo e Morro São João. (Oliveira; Sobreira, p. 872, 2014)

O estudo cartográfico aponta o expansivo crescimento urbano de Ouro Preto, “passando de 382 hectares para 568 hectares de área ocupada em 1986, um crescimento de 48,7%, em relação à ocupação em 1978” (Oliveira; Sobreira, 2014, p.872). A expansão em grande parte é elucidada por eles devido ao processo de migração da população rural e das cidades circunvizinhas para os bairros Morro Santana, Morro São João, Morro da Queimada, Nossa Senhora da Piedade, Taquaral, São Cristóvão e São Sebastião. Essa expansão também ocorreu para os bairros: Santa Cruz, Nossa Senhora do Carmo, Novo Horizonte, e com a implantação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) no Campus do Morro do Cruzeiro, houve expansão urbana neste bairro e na Vila Itacolomi.

A partir da década de 1980 a consolidação e profissionalização da atividade turística trouxe um novo impulso econômico à cidade e um aumento populacional de cerca de 48% (de 37.996 habitantes a 56.292 na área urbana), (Oliveira; Sobreira, 2014, p.872). Em 2004, chama atenção a expansão para os bairros: Novo Horizonte, Nossa Senhora do Carmo e Lagoa nas margens da MG-356 em função do esgotamento em 1990 das áreas de ocupação na Serra de Ouro Preto.

Nos estudos de Oliveira, Sobreira (2014) foram demarcadas dez áreas que nas últimas décadas sofreram uma maior pressão em relação ao crescimento urbano e que devem continuar a ter esta mesma tendência, sendo conforme a Figura 6 apresentada a seguir: Área 1 - São Cristóvão (montante), Área 2 - Morro São Sebastião, Área 3 - São Francisco, Área 4 - Nossa Senhora de Lourdes e Jardim Alvorada; Área 5 - Morro da Queimada; Área 6 - Morro São João; Área 7 - Nossa Senhora da Piedade; Área 8 - Taquaral; Área 9 - Santa Cruz; Área 10 - Novo Horizonte, Pocinho, Nossa Senhora do Carmo e Lagoa.

Figura 2: Tendências de expansão na área urbana de Ouro Preto



Fonte: Revista Brasileira de Cartografia (2015), Edição de Cartografia Histórica: 867-876 Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto ISSN: 1808-0936

Com base nos estudos de Oliveira e Sobreira (2014), o bairro Taquaral, designado como Área 8, emerge como uma das regiões demarcadas e analisadas quanto à pressão exercida pelo crescimento urbano nas últimas décadas. A Figura 2 apresenta uma categorização de dez áreas que são identificadas como locais suscetíveis a um contínuo desenvolvimento urbano.

O bairro Taquaral, inserido se destaca como um ponto de interesse, indicando uma notável influência do crescimento urbano. A categorização desse bairro entre as áreas de maior pressão sugere uma significativa dinâmica de transformações e expansão. O contexto do Taquaral, conforme indicado nos estudos, revela uma relevância particular dentro do panorama urbano, sendo propenso a mudanças e desafios decorrentes do crescimento populacional e das demandas urbanas.

CAPÍTULO 3 CONTEXTO HABITACIONAL DO BAIRRO TAQUARAL, IMPACTOS, ENFRENTAMENTOS E A POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

3.1 Contexto habitacional do bairro Taquaral e análise das áreas de risco

Este capítulo objetiva aprofundar reflexões sobre o contexto habitacional do bairro Taquaral, as inseguranças na questão habitacional das famílias residentes, bem como a situação das famílias que perderam suas casas. A configuração geológica da cidade de Ouro Preto, marcada por décadas de exploração minerária intensiva, apresenta desafios significativos que merecem uma análise crítica. O histórico extrativista do século XVIII e XIX, voltado para a extração do ouro, contribuiu para a alteração profunda da paisagem e geodinâmica da região.

De acordo com Sobreira e Fonseca (2001), o clima na região de Ouro Preto é caracterizado por uma alta quantidade de chuvas, principalmente nos meses de outubro a março. A característica fundamental indica um clima tropical de montanha, onde a baixa latitude é compensada pela altitude e pela conformação orográfica regional. A temperatura média anual em Ouro Preto é de 18,5°C, sendo janeiro o mês mais quente (média de 21,2°C) e em junho o mês mais frio (média de 15,5 °C).

Segundo Sobreira e Fonseca (2001), a configuração morfológica local destaca-se por altas montanhas de formato linear, áreas planas com altitudes variadas e vales alongados, muitas vezes bem encaixados. Aproximadamente 40% da zona urbana apresentam características com declividades entre 20 a 45%, enquanto apenas 30% apresenta declividades entre 5 e 20%. As zonas escarpadas²¹ são recorrentes em toda a extensão da área urbana. Essa configuração morfológica atrelada à exploração do solo no período colonial, bem como o crescimento urbano após a implantação industrial em Ouro Preto, correlacionada aos padrões de construção nos bairros periféricos é propícia à insegurança habitacional.

Sobreira e Fonseca (2001) assinalam que a serra de Ouro Preto representa o flanco sul de uma extensa estrutura regional conhecida como Anticlinal de Mariana. O substrato é composto por metassedimentos de idade palcoproterozóica, incluindo filitos, quartzitos, xistos e formações ferríferas, profundamente afetados por eventos tectônicos. A orientação geral da estrutura regional é leste-oeste, com as camadas apresentando mergulhos para o Sul em torno

²¹Zonas escarpas - forma de relevo localizada nas bordas dos planaltos que apresenta declive acentuado. Existem dois tipos, a escarpa de falha, originada a partir de movimento tectônico, e a escarpa de erosão, originada pela ação dos agentes externos. Disponível em: <https://descomplica.com.br/d/vs/aula/formas-de-relevo>. Acesso Nov/2023.

de 30°. É comum encontrar, nos cumes e encostas das montanhas, coberturas superficiais de crosta laterítica, localmente chamadas de "canga". Esses materiais, de idade terciária a quaternária, são produtos de intemperismo sob condições tropicais. Os solos, quando presentes, têm espessura bastante reduzida, da ordem de centímetros, exceto em algumas áreas maiores de material coluvial²².

Conforme citado anteriormente, a cidade de Ouro Preto foi explorada desordenadamente durante anos pela extração do ouro no período colonial e, essa atividade afetou significativamente as condições geotécnicas para moradias em determinadas áreas mineiradas, sendo o bairro Taquaral uma dessas áreas afetadas. Gomes (2012) assinala que a ampla mineração ocorrida nos séculos XVIII e XIX, bem como as atividades que ainda foram pertinentes no século XX e se mantêm no início deste, retalharam as serras, desequilibraram os solos e tornaram Ouro Preto e outras cidades de Minas frágeis, quebradiças e capazes de se desmontarem a qualquer momento. A consequência direta dessas atividades é a vulnerabilidade das áreas habitacionais, destacando o bairro Taquaral como uma dessas localidades afetadas. A caracterização das cidades como frágeis e capazes de se desmontarem a qualquer momento destaca a precariedade das bases geotécnicas e o risco constante ao qual a população está exposta.

Essa análise ressalta a importância de compreender não apenas os aspectos históricos, mas também as implicações presentes e futuras dessas atividades na configuração urbana. Torna-se essencial considerar esses elementos ao abordar questões habitacionais, planejamento urbano e a busca por soluções sustentáveis e resilientes para as comunidades afetadas e não afetadas. Como elucidam Oliveira e Sobreira,

Todas as áreas que foram palco destes trabalhos têm problemas quanto à estabilidade dos terrenos, seja pelos declives acentuados, pela péssima qualidade dos terrenos e depósitos produzidos, pela existência de inúmeros blocos rochosos e de crosta laterítica, pela drenagem irregular e pela inexistência de cobertura vegetal de porte. A grande heterogeneidade dos depósitos de superfície consequentes das atividades de mineração torna muito difícil, senão impossível, caracterizá-los geotecnicamente, mas nunca estes terrenos possuem boas condições de estabilidade. Uma vez cessadas as atividades de mineração, os processos erosivos e de movimentação de massa passaram a comandar a geodinâmica superficial da serra, fazendo com que muitas áreas, com o passar do tempo, atingissem um estado de equilíbrio, na maioria das vezes, precário. (Sobreira; Fonseca, 2001, p. 6).

²²COLUVIAL- relativo a coluvião ou colúvio (depósito formado pela acumulação de fragmentos de rocha ou de solos, originado essencialmente pela acção da gravidade); coluvionar. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-ao/coluvial>. Acesso Nov/2023.

Na citação acima, Sobreira e Fonseca (2001) refletem sobre o processo extrativista minerário do século XVIII e XIX que reverberam atualmente na geodinâmica da serra de Ouro Preto através dos movimentos de massa. A análise proposta por Sobreira e Fonseca destaca a persistência dos efeitos dessas atividades no solo da região. A menção à exploração contínua do solo na cidade de Ouro Preto agora centrada na extração do minério de ferro levanta preocupações quanto às possíveis consequências similares às identificadas pelos autores mencionados anteriormente. A relação entre a exploração do solo e os prejuízos e instabilidades na moradia é claramente estabelecida. A extração atual do minério de ferro na região pode intensificar esses problemas, ampliando as dificuldades habitacionais, reforça a importância de considerar o passado histórico como um indicador para entender as ameaças presentes. A persistência da exploração do solo na contemporaneidade, agora centrada na extração do minério de ferro, levanta sérias preocupações. A atividade minerária contínua pode estar exacerbando os problemas geológicos já existentes, aumentando os riscos de movimentos de massa, deslizamentos e instabilidades do solo.

A falta de uma abordagem integrada e sustentável para lidar com a configuração geológica da cidade representa uma crítica importante. A ausência de medidas efetivas para atenuar os impactos negativos da exploração mineral no substrato geológico pode resultar em prejuízos ambientais e sociais a curto e longo prazo. Isso inclui ameaças à segurança habitacional, à estabilidade do terreno e ao bem-estar da população.

O mapa a seguir apresenta a configuração morfológica da cidade de Ouro Preto:

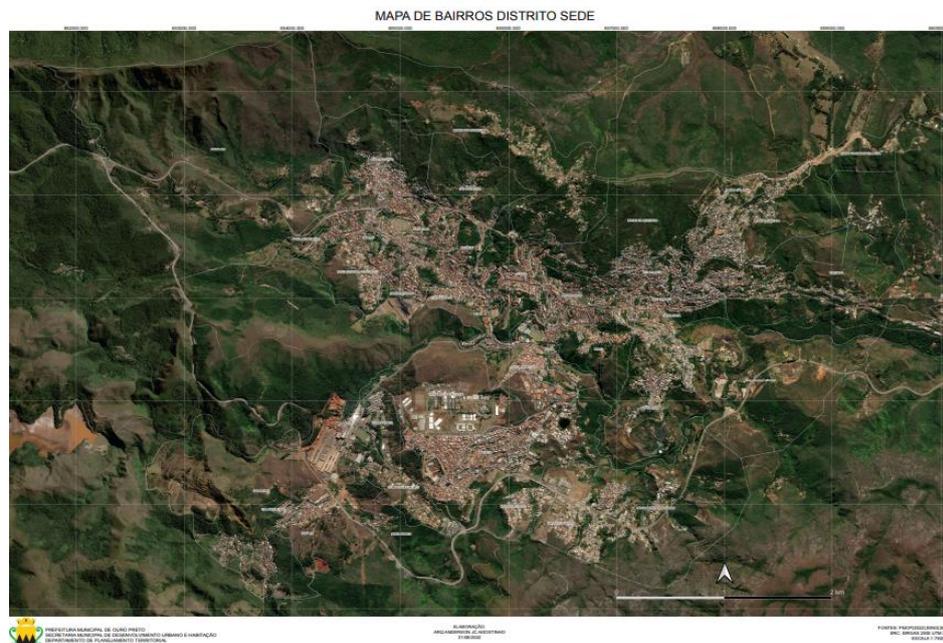


Figura 3: Localização dos Bairros da sede de Ouro Preto

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (2021) editada pela autora.

Na próxima figura apresentamos a localização do bairro Taquaral, sendo a área deste estudo.

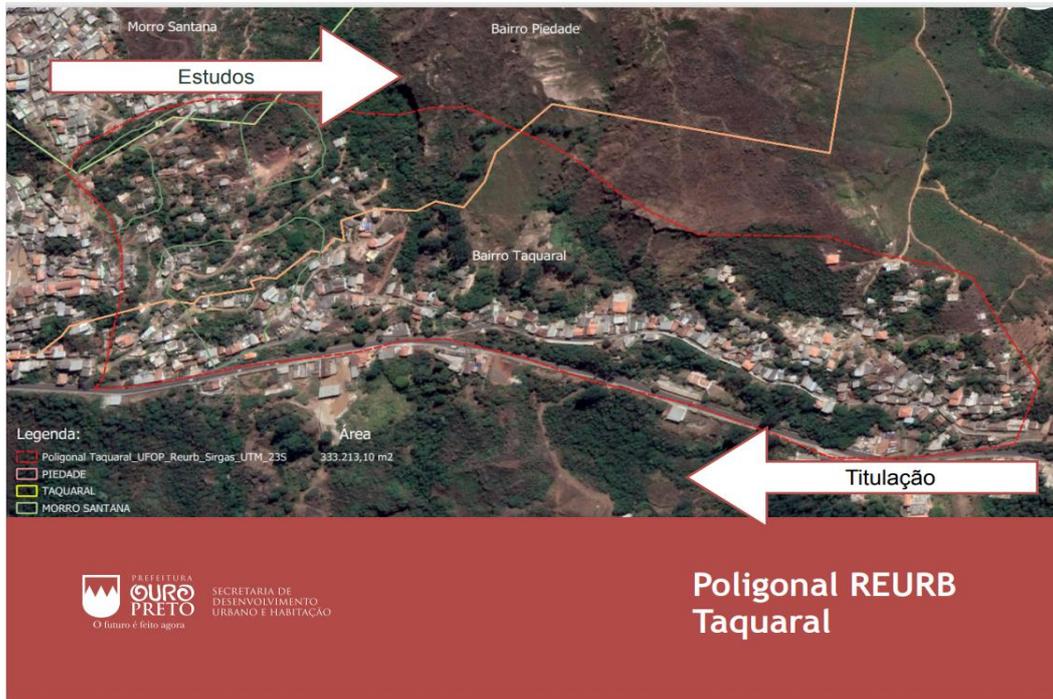


Figura 4: Localização da área de estudo

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Editada pela autora, Nov/2023

Ao longo dos anos 89, 96, 97, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 o bairro Taquaral vivenciou movimentos de massa²³ conforme o quadro abaixo.

²³**Movimento de Massa**, também denominado como deslizamento, escorregamento, ruptura de talude, queda de barreiras, entre outros, se refere aos movimentos de descida de solos e rochas sob o efeito da gravidade, geralmente potencializado pela ação da água. Disponível em: www.gov.br/cemaden/pt-br/paginas/ameacas-naturais/movimento-de-massa. Acesso Nov/2023

Ano	Nº de Ocorrências	Nº de Mortes	Locais
1989	32	3	Bairros São Cristóvão, Padre Faria, Taquaral, Piedade e áreas do que no futuro seria denominado Bairro Santa Cruz.
1991	32	-	Bairros São Francisco, Antônio Dias, Pilar, Alto da Cruz, piedade e Padre Faria.
1992	54	2	Bairros São Francisco, Piedade, Alto da Cruz, Padre Faria e Santa Cruz.
1995	40	3	Bairros São Cristóvão, Piedade, Padre Faria, Santa Cruz, Antônio Dias, Água Limpa, Bauxita e Nossa Senhora das Dores.
1996/97	123	13	Bairros Taquaral, São Cristóvão, São Francisco, Alto da Cruz, Piedade, Padre Faria, Santa Cruz e Vila Aparecida.
2001/03	100	-	Bairros São Cristóvão, Alto da Cruz, Piedade, Padre Faria, Santa Cruz e Morro Santana.
2005	54	-	Bairros São Francisco, São Cristóvão, Piedade, Padre Faria, Santa Cruz, Morro Santana, Taquaral, Bauxita e Nossa Senhora das Dores.
2006/07	312	-	Bairros São Francisco, São Cristóvão, Piedade, Padre Faria, Santa Cruz, Morro Santana e Taquaral.
2008	193	-	Idem ao Ano Anterior
2009	89	-	Idem ao Ano Anterior

Quadro 2: Registros de movimentos de massa na área urbana de Ouro Preto: 1988 a 2009. (Defesa Civil de Ouro Preto, 2010)

Fonte: Fontes (2011), editada pela autora em nov/2023.

A análise do quadro evidencia a posição do bairro Taquaral como o terceiro em incidências de movimentos de massa, destacando a relevância e a urgência em compreender os desafios enfrentados por essa localidade. Este posicionamento sugere que o bairro está suscetível a fenômenos como deslizamentos de terra, deslocamentos de massa e outras formas de instabilidades geológicas.

Essa constatação impõe a necessidade de uma investigação aprofundada sobre os fatores que contribuem para tais ocorrências no bairro Taquaral. A compreensão desses elementos é crucial para o desenvolvimento de estratégias preventivas e atenuantes, visando a segurança habitacional e a proteção da comunidade local.

O estudo desses movimentos de massa não apenas lança luz sobre os desafios atuais enfrentados pelo bairro, mas também serve como base para a implementação de medidas efetivas, que podem incluir o planejamento urbano sustentável, a gestão adequada do solo e a conscientização da população sobre práticas seguras. O envolvimento das autoridades locais, especialistas em geologia e urbanismo, bem como a participação ativa da comunidade, são fundamentais para abordar e superar as complexidades associadas a esse quadro preocupante.

No quadro a seguir onde o Taquaral é apresentado como o terceiro bairro que mais apresenta ocorrências nos movimentos de massa.

Bairro	Zoneamento	%
Água Limpa	AGL	2%
Antônio Dias	ANT	7%
Alto da Cruz	ATC	2%
Barra	BAR	6%
Bauxita	BAU	1%
Cabeças	CAB	3%
Morro Santana	MSN	14%
Padre Faria	PDF	1%
Piedade	PIE	9%
São Cristovão	SCR	12%
Santa Cruz	STC	26%
Santa Efigênia	STF	1%
Taquaral	TAQ	13%
Vila Aparecida	VAP	4%

Quadro 3: Ocorrências de movimentos de massa

Fonte: Fontes (2011), editada pela autora em Nov/2023.

Nas reflexões de Gomes (2012), catástrofes assolaram Ouro Preto no final da década de setenta, marcando um período em que muitas vidas foram perdidas, e extensas áreas da cidade foram devastadas por lama, voçorocas (crateras), enchentes e desmoronamentos de casas e morros. Outro evento ocorreu em 1997 quando águas represadas provenientes de chuvas intensas e enxurradas romperam a rodovia que corta a cidade, levando consigo casas, sonhos e esperanças, e fomentando o medo e a preocupação quanto a riscos futuros. No final de 2011 e início de 2012, o ciclo de chuvas novamente desencadeou desastres na cidade, resultando em registros de óbitos.

Tendo em vista as especificidades, Gomes (2012) salienta que o Bairro Taquaral²⁴ destaca-se como uma das áreas mais críticas entre todas as afetadas na zona urbana de Ouro Preto, sendo considerado um dos povoados periféricos mais antigos da cidade. O processo geológico-tectônico presente na região ainda é pouco compreendido pelos especialistas e ocorre de maneira rara. Denominado como "rastejo²⁵", esse parece representar um movimento extremamente lento, quase imperceptível, de grandes massas de solo ao longo de vários anos.

²⁴ Entrevista com o Prof^o Dr. Romero Gomes. Disponível em <https://jornalvozativa.com/geral/professor-da-ufop-esclarece-duvidas-sobre-riscos-de-desmoronamento-em-bairros-de-ouro-preto-mg>. Acesso em Nov/2023.

²⁵Rastejos são movimentos lentos, que envolvem grandes massas de materiais, cujo deslocamento resultante ao longo do tempo é mínimo (mm a cm/ano). Esse processo atua sobre os horizontes superficiais do solo, bem como, nos horizontes de transição solo/rocha e até mesmo em rocha, em profundidades maiores. Também é incluído neste grupo o rastejo em solos de alteração (originados no próprio local) ou em corpos de tálus (tipo de solo proveniente de outros locais, transportado para a situação atual por grandes movimentos gravitacionais de massa, apresentando uma disposição caótica de solos e blocos de rocha, geralmente, em condições de baixa declividade). Disponível em: material de treinamentomargem404.indd (mdr.gov.br) Acesso: Nov/2023.

Na área em estudo, esse processo pode estar ocorrendo há mais de um século. De acordo com Murta²⁶,

Com a expansão da cidade, a população começou a ocupar esses espaços e a construir casas nos territórios em que há os rejeitos de minério e uma falsa sensação de estabilidade, uma vez que, por baixo, aquela estrutura está solta. Esse fato faz com que o Taquaral esteja sobre região conhecida como área de rastejo, em que o solo se movimenta ao longo do tempo por conta dos rejeitos fragmentados. Com as chuvas intensas, esse processo também é intensificado, provocando o encharque do solo e fazendo com que ele saia do estado sólido e passe para o estado plástico, resultando nos deslizamentos.

Disponível em: <https://lampiaodigitalufop.wixsite.com/lampiaoufop/post/medo-e-inseguranca-marcam-mais-um-per%C3%ADodo-de-chuvas-no-taquaral>, acesso Jan/2024

Segundo Gomes (2012) a gravidade da situação é acentuada pelo fato de haver dois movimentos de rastejo, em alternativas, ambos direcionando-se para a parte mais baixa do bairro. Isso pode resultar em consequências graves no futuro. Embora não signifique que não existam residências em áreas mais seguras na região, o número delas é mínimo. Para respaldar essa teoria, o professor apresentou registro fotográfico que documenta o movimento de árvores, cercas, postes e muros, destacando o sinal mais preocupante: uma grande trinca na região. Ainda de acordo com Gomes (2012), no futuro a construção de uma casa no Taquaral se tornará um empreendimento tão dispendioso que pode não valer a pena. Apenas a fundação de uma casa custará tanto quanto um prédio inteiro em outro bairro. Os moradores podem verificar sinais como postes e cercas tortos, árvores que mudam de lugar, bases que se deformam e pedras que descem lentamente, chamando a atenção para os processos de rastejo em andamento.

Uma década depois do último grande desastre em 2012, Ouro Preto volta a sofrer com os impactos resultantes da mineração e dos assentamentos nestas áreas. Para Gomes (2012) a mineração deixou cicatrizes que nunca serão curadas, o que colocou Ouro Preto no ranking daquelas que estarão sempre colocando em risco seus moradores.

Devido às condições meteorológicas extremas ocorridas em Ouro Preto nos meses de dezembro de 2021 a Janeiro de 2022 e ao desgaste do solo ocorrido ao longo dos anos pelo processo minerário, aproximadamente 80 famílias foram desalojadas no bairro Taquaral em caráter de urgência devido a uma grande movimentação do terreno através de movimento do tipo rastejo. As considerações técnicas pormenorizadas, tanto do evento meteorológico

²⁶Saiba mais em: <https://lampiaodigitalufop.wixsite.com/lampiaoufop/post/medo-e-inseguranca-marcam-mais-um-per%C3%ADodo-de-chuvas-no-taquaral>

extremo, quanto das características geotécnicas visuais do movimento do tipo rastejo podem ser consultadas em sua íntegra na Defesa Civil de Ouro Preto.

Sobre o porquê do terreno do Taquaral ser tão afetado, Charles Murta, 51, engenheiro geólogo da defesa civil - um dos órgãos responsáveis pela retirada imediata dos moradores -, explica que, durante o ciclo do ouro, a serra de Ouro Preto foi escavada à procura da rocha Itabirito, um minério de ferro que possui veios onde se concentra o ouro. Nessa exploração, para chegar até os veios, era necessário retirar uma grande quantidade de material. Esses rejeitos eram levados para regiões como a do Taquaral. Com isso, os sedimentos fragmentados do minério foram se consolidando no local, de modo a formar, com o passar do tempo, uma falsa camada sólida, pois ali não tem a resistência de uma rocha natural. Disponível em: <https://lampaodigitalufop.wixsite.com/lampiaoufop/post/medo-e-inseguranca-marcam-mais-um-per%C3%ADodo-de-chuvas-no-taquaral>, acesso Jan/2024

De acordo com o balanço hidrológico²⁷ da Defesa Civil de Ouro Preto (2023) sobre os períodos chuvosos, os acúmulos pluviométricos anuais em 2021 e 2022 foram os mesmos, 1.620 mm. Entretanto, o período chuvoso 2022/2023 foi menos intenso que o período chuvoso 2021/2022. No período chuvoso 2022/2023 foram registradas as reativações de alguns movimentos de massa.

Na análise da defesa civil (2023), no primeiro momento das remoções em 2022 não era possível dimensionar a área atingida pelo movimento do solo do tipo rastejo, bem como não era possível dimensionar a persistência ou não das condições pluviométricas extremos. Existiam centenas de deslizamentos deflagrados disseminados pelo território municipal naquele momento de forma que os voluntários e os Agentes da Defesa Civil disponíveis tiveram que executar as remoções sem uma orientação técnica especializada. Sendo assim, a orientação era para realizar a remoção dos moradores em caso de dúvidas quanto à segurança do local. Posteriormente, a equipe técnica da Defesa Civil²⁸ faria uma vistoria detalhada em cada imóvel evacuado a fim de verificar a real situação de risco e comprometimento estrutural das edificações para determinar se a evacuação seria *permanente* (situação em que não existem mais condições de segurança para ocupação do imóvel), *provisória* (situação em que o morador poderia retornar mediante obras estabilizadoras de contenção do terreno ou da própria edificação) ou se os moradores poderiam *reocupar* imediatamente o imóvel por ser constatada a ausência de risco. “A vida não se negocia, é melhor pecar pelo excesso do que o contrário. Por isso, em um primeiro momento, retiramos 80 famílias do Taquaral. Mas,

²⁷ Informações disponibilizadas no Relatório de Inspeção disponibilizado às 80 famílias removidas em janeiro de 2023.

²⁸ Informações disponibilizadas no Relatório de Inspeção disponibilizado às 80 famílias removidas em janeiro de 2023.

depois, com os devidos estudos feitos, foram constatadas cerca de 32 famílias em risco iminente, e as outras puderam voltar para suas casas.”²⁹.

Na análise da Defesa Civil é necessário um estudo pormenorizado³⁰ realizado através de instrumentação que permita uma investigação direta e ou indireta para aferir com precisão a morfodinâmica do processo de movimento de massa do tipo rastejo no bairro Taquaral. Dessa forma, objetivava-se atingir a precisão necessária e suficiente de compreensão plena do movimento do terreno de modo subsidiar a tomada de decisões do poder público que visam garantir a segurança e proteção dos cidadãos que se encontram expostos ao risco geohidrológico local.

Após o ocorrido com as chuvas intensas de 2022 a prefeitura municipal de Ouro Preto contratou uma empresa³¹ tendo como um dos seus principais membros Frederico Sobreira, professor do Departamento de Engenharia Geológica da UFOP para prestação de serviços técnicos especializados para a elaboração do diagnóstico do meio físico no tocante à geologia, visando subsidiar a precisão do processo de movimento de massa de tipo rastejo no bairro Taquaral. Nos primeiros estudos foram mapeadas casas consideradas com risco alto para desabamento devido ao movimento de rastejo conforme figura abaixo.

²⁹Relato do geológico Charles Murta envolvido na remoção das famílias do bairro Taquaral em janeiro de 2022. O relato na íntegra está disponível em:<https://lampiaodigitalufop.wixsite.com/lampiaoufop/post/medo-e-inseguranca-marcam-mais-um-per%C3%ADodo-de-chuvas-no-taquaral>

³⁰ Informações disponibilizadas no Relatório de Inspeção disponibilizado às 80 famílias removidas em janeiro de 2023

³¹ Informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.



Figura 5: Mapeamento das casas consideradas risco alto

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (2023), figura editada pela autora.

Neste primeiro diagnóstico, conforme figura acima, foram identificadas 32 moradias no risco alto (R3) com a presença de algumas evidências de instabilidade (trincas no solo, degrau de abatimento em taludes, etc.) localizadas no rastejo. Mantidas as condições existentes, é perfeitamente possível a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas³². De acordo com a classificação proposta pelo Ministério das Cidades/Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2007), o grau de risco é determinado conforme o aparecimento de determinadas características em campo, podendo variar de risco baixo (R1) até risco muito alto (R4), mas somente setores com risco alto (R3) e muito alto (R4) são mapeados em campo. Se há possibilidade de deslizamentos, o quadro 2 é utilizado na classificação do grau de risco, enquanto o quadro 3 é aquele usado no caso de enchentes e inundações.

³² Fonte: Informações contidas no laudo técnico disponibilizado pela Defesa Civil de Ouro Preto.

Grau de Risco	Descrição
R1 Baixo	Não há indícios de desenvolvimento de processos destrutivos em encostas e margens de drenagens. Mantidas as condições existentes, não se espera a ocorrência de eventos destrutivos.
R2 Médio	Observa-se a presença de alguma(s) evidência(s) de instabilidade (encostas e margens de drenagens), porém incipiente(s). Mantidas as condições existentes, é reduzida a possibilidade de ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas.
R3 Alto	Observa-se a presença de significativa(s) evidência(s) de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, etc.). Mantidas as condições existentes, é perfeitamente possível a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas.
R4 Muito Alto	As evidências de instabilidades (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, trincas em moradias ou em muros de contenção, árvores ou postes inclinados, cicatrizes de escorregamento, feições erosivas, proximidade da moradia em relação ao córrego, etc.) são expressivas e estão presentes em grande número e/ou magnitude. Mantidas as condições existentes, é muito provável a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas e prolongadas.

Figura 6: Classificação dos graus de risco para enchentes e inundações (modificado pelo Ministério das Cidades/Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 2004)

Fonte: Serviço Geológico do Brasil-CPRM (2016) editado pela autora em Nov/2023

O mapa a seguir foi atualizado e disponibilizado em novembro de 2023 pela equipe geotécnica contrata para os estudos de movimento de massa e rastejo no bairro Taquaral. Neste mapa é possível observar que algumas residências que na Figura 5, foram consideradas Risco Alto (R3) e no mapa abaixo são classificadas de (R4) Risco Muito Alto para desabamento e algumas passaram a ser classificadas como (R2) Risco Médio.



Figura 7: Mapeamento das casas e classificação de risco

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (2023), figura editada pela autora.

A seguir, apresentamos alguns registros das áreas mais afetadas do bairro Taquaral em 2022 após o período intenso de chuvas. Como explicitado anteriormente o movimento de rastejo é presente no bairro independente dos períodos chuvosos, isso acontece em decorrência do período extrativista no século XVIII que trouxe instabilidade ao solo, e em períodos intensos de chuvas, ocorrem abalos nas estruturas das casas e das ruas, conforme apresentado nos registros abaixo.

Figura 8: Fotos da Rua Águas Férreas – Bairro Taquaral



Fonte: arquivo pessoal - fotos tiradas em janeiro de 2022 da Rua Águas Férreas - Taquaral



Fonte: arquivo pessoal - fotos tiradas em janeiro de 2022 da Rua Águas Férreas - Taquaral



Fonte: arquivo pessoal - fotos tiradas em Abril de 2022 da Rua Águas Férreas – Taquaral



Fonte: arquivo pessoal - fotos tiradas em Abril de 2022 da Rua Águas Férreas – Taquaral



Fonte: Fotos da Rua Águas Férreas - disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/cerca-de-80-familias-sao-retiradas-de-suas-casas-em-ouro-preto-por-risco-de-deslizamento-25353692>



Fonte: Fotos da Rua Águas Férreas. Disponível em https://www.facebook.com/maossolidarias/?locale=br_FR, editada pela autora

Em análise dos dados disponíveis no Portal da Defesa Civil de Ouro Preto³³, a trilha acima da Rua Presidente João Goulart no bairro Taquaral em alguns pontos, tem risco de queda/ tombamento de blocos e está classificada como risco alto onde há exposição de Canga em sua metade superior, formando blocos não esféricos que podem atingir moradias que estão logo abaixo da possível trajetória de rolamento destes, conforme representados na figura a seguir.

Figura 9: Risco de Queda/tombamento de blocos de Canga.



Fonte: Disponível em <https://www.defesacivil.ouropreto.mg.gov.br/area-risco/mg-ouopre-sr-2-cprm>. Figura editada pela autora em Dez-2023.

³³ Informações disponíveis em <https://www.defesacivil.ouropreto.mg.gov.br/area-risco/mg-ouopre-sr-2-cprm>, acesso em Dez-2023.

Outro aspecto identificado pela Defesa Civil de Ouro Preto é o movimento de rastejo de longa proporção³⁴, com diferentes evidências de movimentação do material ao longo da encosta, tais como deslocamentos verticais e horizontais em escadaria, trinca em paredes das moradias e terrenos, árvores e postes inclinados, curvatura de troncos de árvores e arbustos, mesmo com o risco do rastejo evoluir para um enorme deslizamento, muitas moradias seguem ocupadas.

3.2 Informações da dimensão social técnico-operativa colhidas no campo de estágio

De acordo com o Art. 4º do regulamento do estágio supervisionado do curso de Serviço Social da UFOP, o Estágio Supervisionado: “é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática.

O estágio supervisionado em Serviço Social desempenha um papel fundamental na formação profissional, pois atua como uma ponte entre a formação acadêmica e o exercício profissional. Ele oferece aos estagiários a oportunidade de conhecer a gestão, as diretrizes e o funcionamento do ambiente de trabalho e das políticas sociais, bem como sua interação com a comunidade. A realização do estágio proporciona ao estagiário a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos, além de ampliar e verificar na prática o fazer profissional, analisando a mediação entre a teoria e a prática.

As oficinas de estágio são divididas em três períodos do curso, O Estágio Supervisionado I foi realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) na Cidade de Ouro Preto, que é uma unidade pública que coordena, articula e executa o serviço de proteção de média complexidade e está vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social. O estágio supervisionado II e III foi realizado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SMDUH) que é uma unidade pública que executa a Política Municipal de Patrimônio e Habitação. O Serviço tem por finalidade prover a regularização fundiária que se refere a uma série de ações de natureza jurídica, urbanística, ambiental e social que objetiva à regularização de ocupações clandestinas na cidade e a titulação de seus ocupantes como proprietários. Há dois tipos de regularização fundiária: urbana e rural.

³⁴Informações disponíveis em <https://www.defesacivil.ouropreto.mg.gov.br/area-risco/mg-ouopre-sr-10-cprm>, acesso em Dez-2023.

Durante a observação realizada no campo de estágio, foi constatado que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SMDUH) direciona seus esforços para atender principalmente famílias que enfrentam dificuldades relacionadas à falta de condições habitacionais adequadas, bem como aquelas que buscam melhorar suas condições de moradia. São beneficiadas as famílias que comprovam possuir renda bruta familiar de até três salários mínimos.

Dentre as demandas apresentadas pelos usuários aos assistentes sociais, destaca-se a busca pelo benefício do Auxílio-Moradia. Em geral, são famílias que se viram obrigadas a deixar suas residências devido ao risco eminente de desastres, como áreas suscetíveis a deslizamentos de terra ou imóveis condenados pelas autoridades competentes.

Foi possível observar também que o Serviço Social é fundamental para viabilizar o acesso a moradia segura. As práticas observadas se destacam no acolhimento aos usuários, esclarecimentos de dúvidas, informações sobre o direito ao acesso ao auxílio moradia, à arquitetura pública para reformas nas moradias que apresentam risco habitacional, produção de relatórios, visitas domiciliares, produção de memorandos, realização de cadastros para moradias de interesse social, acompanhamento de reuniões de equipe, visitas a campos de atuação e entrevista com usuários. Ao longo do estágio acompanhei o processo para regularização fundiária de interesse social do Residencial Vila Alegre em Cachoeira do Campo (distrito de Ouro Preto), onde habitam 96 famílias concessionárias de moradia popular. A regularização fundiária desta localidade estava em fase de titularização de posse para estas famílias concessionárias. Foi possível analisar a atuação da minha supervisora de campo de estágio sensibilizando as famílias que possuem pendências para a concessão da titularização devido à falta de entrega das documentações necessárias, por vezes falta de entendimento sobre a importância de possuir a posse da propriedade onde residem. É importante destacar que maior parte das famílias do Residencial Vila Alegre reside nestas moradias desde o ano 2014 e o processo de regularização só está acontecendo recentemente. Esse fato é considerado um entrave para que algumas famílias acreditassem que de fato a regularização aconteceria.

A falta de moradia é percebida como uma expressão da desigualdade gerada pelo sistema capitalista de produção. Embora as leis brasileiras assegurem a garantia de atendimento aos cidadãos, uma grande parcela da população está privada do direito fundamental de sobrevivência devido à violação contínua de seus direitos, incluindo a oportunidade de ter habitação digna.

Nos diálogos estabelecidos durante o período de estágio com a equipe técnica social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SMDUH), foram obtidas informações de relevância acerca do bairro em questão. O setor técnico social é composto por quatro assistentes sociais e quatro mobilizadoras sociais, que exercem suas funções na referida secretaria desde 2022.

Quanto ao bairro Taquaral, a equipe técnica reporta uma estimativa de aproximadamente 265 famílias residentes na localidade. No que tange ao número de famílias removidas ao longo dos anos, foi comunicado que não é possível quantificar devido à rotatividade no bairro, associada à estabilidade do solo percebida desde a década de 1970. Sobre as remoções ocorridas em 2022, foi informado que o município declarou estado de calamidade pública, levando a Defesa Civil e as equipes técnicas do setor social municipal a orientarem a remoção provisória. Famílias incapazes de custear suas próprias despesas foram incluídas no benefício eventual de aluguel por meio do CRAS, sendo posteriormente transferidas para o auxílio moradia.

No que concerne aos desafios enfrentados com as remoções em 2022, a equipe destaca a dificuldade em encontrar imóveis disponíveis para locação com valores compatíveis ao benefício, inicialmente estipulado em R\$ 500,00 e posteriormente aumentado para R\$ 700,00 no município. A equipe envolvida no processo menciona que a Defesa Civil identificava a necessidade de remoção provisória, encaminhando laudos às secretarias de Desenvolvimento Social e de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Quanto às partes envolvidas no processo de remoção, destaca-se a participação da Defesa Civil, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, e, em alguns casos, a intervenção do Ministério Público (MP) quando a família aciona a justiça cobrando retorno e soluções mais rápidas e efetivas do poder público.

Durante o processo de remoção e diante do estado de calamidade pública, um abrigo provisório foi criado para as famílias desprovidas de apoio comunitário ou familiar. Questionadas sobre a resistência por parte dos moradores, a equipe relata que alguns ainda resistem, mesmo cientes das condições de risco. Quanto à postura profissional diante dessas resistências, são realizadas orientações e garantias de acesso aos direitos básicos de moradia.

Ao serem indagadas sobre a existência de estudos sociais das famílias do bairro, as assistentes sociais confirmam que sim, destacando a realização do estudo de classificação do bairro e a identificação do perfil dos ocupantes durante o processo de regularização fundiária de interesse social.

No que se refere aos instrumentos e encaminhamentos destinados às famílias removidas, foi informado que aquelas com perfil para a Habitação de Interesse Social (HIS) foram encaminhadas ao chamamento público para residência no Residencial Vila Alegre, recebendo também o benefício do auxílio moradia. Adicionalmente, foi proposto um acordo amigável para indenização a todas as famílias residentes na área de Risco Muito Alto (R4).

Quanto às políticas públicas oferecidas pelo município de Ouro Preto para as famílias removidas, as ações disponíveis estão delineadas na Lei 1.328/2023, que estabelece a política de habitação de interesse social no município. A equipe destaca que nem todas as famílias foram atendidas, sendo contempladas apenas aquelas que se enquadravam nos critérios estabelecidos pela lei de habitação de interesse social.

As assistentes sociais destacam que nenhuma delas havia participado de remoções anteriormente, ressaltando a insegurança recorrente nos períodos chuvosos e a reincidência histórica do bairro Taquaral desde a década de 1970. Elas informam que, em agosto de 2023, o Plano Municipal de Redução de Risco foi entregue ao município, e que anteriormente era realizado pelo Serviço Geológico do Brasil. Este plano está disponível na Defesa Civil e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

O município possui uma carta de suscetibilidade para o bairro Taquaral, indicando as áreas seguras e inseguras para moradia. Em relação ao impacto causado pelas remoções, a equipe relata que não há um déficit habitacional mensurável no município. A proposta para as famílias que residem nas áreas de risco R4 e R3 envolve indenizações, e as negociações estão em fase inicial.

Os desafios para a implementação da política de habitação incluem o orçamento público para indenizar todas as famílias, considerando que aproximadamente 45 famílias estão em área de R4 Risco Muito Alto atualmente. O setor técnico social da habitação atua por meio da formulação de estudos, identificação dos ocupantes e análise da natureza de posse dos imóveis, embasando os projetos de melhoria e adequação do bairro.

Sobre as novas ações em prol das famílias do bairro Taquaral, de acordo com as informações da Secretária Municipal Camila Sardinha,

Outras ações para garantir mais moradia estão em fase de desenvolvimento. A secretária Camila Sardinha adiantou que o município foi habilitado, no ano passado, no programa federal “Minha Casa Minha Vida”, assim novas moradias estão previstas para o bairro Santa Cruz. “Desde o final do ano de 2023, a Secretaria está desenvolvendo um projeto básico e, como está dentro da área de tombamento federal, o IPHAN também deverá se posicionar. O ‘Minha Casa Minha Vida’ precisa estar fechado junto à Caixa Econômica Federal para encaminhamento dos projetos. Estamos trabalhando bastante e serão 150 unidades habitacionais naquela

área”, afirmou Sardinha. . Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/noticia/3930>, acesso em fev/2024.

3.3 Impactos na população após a remoção e a perspectiva por moradia

Enquanto pesquisadora e moradora removida do bairro Taquaral em janeiro de 2022 posso afirmar que uma remoção reverbera na vida de um morador de diferentes formas. O primeiro desafio tem a ver com o sentido do “lugar” e sua importância para a cotidianidade onde já estão projetadas memórias, projetos de vidas, relações sociais constituídas, sonhos, investimentos a curto e longo prazo, dentre outras coisas que fazem parte da habitabilidade. Santos (2006) elucida sobre a complexidade dos laços estabelecidos entre as pessoas e seus lugares:

O sujeito no lugar estava submetido a uma convivência longa e repetitiva com os mesmos objetos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, de cuja construção participava: uma familiaridade que era fruto de uma história própria, da sociedade local e do lugar, onde cada indivíduo era ativo. (SANTOS, 2006, p. 222).

Quando a família é removida é orientada a deixar tudo para trás, neste instante não há tempo para refletir sobre quais escolhas são as mais apropriadas, pois há uma pressão intensa dos profissionais para a retirada imediata. A justificativa é que a preservação da vida prevalece sobre os desejos e anseios dessas pessoas, deixando de lado as particularidades e individualidades no momento da remoção. O bairro Taquaral por ser antigo, abriga uma população idosa considerável, para essas pessoas que já consolidaram assentamentos de longa permanência é extremamente difícil passar por situação de remoção. Conforme relatos da Maria Angelina moradora do Taquaral desde 1983,

“É muito ruim ter que sair da minha casa. Eu trabalhava o dia inteiro na cidade, de 6h às 23h, pra chegar em casa e ajudar o meu marido a fazer as paredes da casa até 3h da manhã, carregando água na cabeça. É uma tristeza muito grande ver todo esse trabalho indo por água abaixo.”, conta a aposentada. Disponível em: <https://lampiaodigitalufop.wixsite.com/lampiaoufop/post/medo-e-inseguranca-marcam-mais-um-per%C3%ADodo-de-chuvas-no-taquaral>. Acesso Jan/2023

Conforme destacado por Moraes (2002, p.42) “relações cada vez mais complexas se entabulam entre os grupos sociais e os espaços que os abrigam, sejam os naturais ou os já transformados”. Essas complexidades quando envolvidas neste processo de ruptura de um processo de vivência e convivência tende a reverberar de alguma forma na vida desses

moradores, seja para amadurecimento e recomeço, seja para adoecimento ou para questões desafiadoras que surgirão ao longo do tempo. O Jornal Lampião da UFOP³⁵ divulgou uma matéria realizada com alguns moradores do bairro e podemos perceber como a senhora Viviane Siqueira filha da senhora Maria Angelina foi impactada após a remoção em 2022,

Viviane também enfatiza como foi muito impactada psicologicamente por toda essa situação. A motorista de Uber conta que os remédios psiquiátricos são essenciais para o seu bem-estar, uma vez que, em razão de todo o estresse, desenvolveu duas doenças autoimunes relacionadas ao estado mental, síndrome de sjogren e líquen plano - enfermidade que deixa os lábios manchados - e fibromialgia. Ela diz que, diante dos traumas, o tratamento psiquiátrico é imprescindível, mas em contrapartida, torna-se mais uma preocupação, já que os custos das medicações são bastante elevados. “Todo mês, eu gasto por volta de 600 reais em remédios... esse foi mais um gasto adicionado às consequências de termos saído de casa”.

Disponível em: <https://lampaodigitalufop.wixsite.com/lampiaoufop/post/medo-e-inseguranca-marcam-mais-um-per%C3%ADodo-de-chuvas-no-taquaral>. Acesso em Jan/2023

Nesse sentido, o processo de valorização do espaço pode ser desdobrado em alguns processos mais específicos que convergem em diferentes arranjos ao longo da história. Além disso, a retirada das famílias de seu ambiente cotidiano pode afetar não apenas o aspecto psicológico, mas também o social e o físico. A perda do sentido de pertencimento ao lugar, das relações sociais estabelecidas e das rotinas diárias pode contribuir para um estado de vulnerabilidade, tornando as famílias mais propensas a enfrentar desafios de adaptação. Sobre essa ótica Moraes faz a seguinte reflexão,

A valorização do espaço também se transforma historicamente, nesse sentido em que é também um processo histórico. Suas manifestações concretas ocorrem guiadas por determinações gerais do modo de produção em que estão contidas. A temporalidade submete a espacialidade, e o processo universal de valorização do espaço torna-se, em si, denso de particularizações temporais e espaciais. Vale, contudo, salientar que a lógica geral do modo de produção não aplasta a diversidade e a singularidade irredutível dos lugares. (Moraes, 2002, p.43)

Outro impacto está associado à mudança, e o primeiro questionamento que invade os pensamentos é: para onde iremos imediatamente? A remoção ocorre de maneira ágil, ou seja, não há tempo para planejar, antecipar e avaliar os detalhes das consequências que essa mudança acarretará. Para as famílias que não tinham um local imediato para se alojar, foram oferecidos abrigos temporários em escolas da rede pública. Algumas optaram por ficar na

³⁵ Jornal Lampião - UFOP, disponível em: <https://lampaodigitalufop.wixsite.com/lampiaoufop/post/medo-e-inseguranca-marcam-mais-um-per%C3%ADodo-de-chuvas-no-taquaral>

casa de parentes, enquanto outras conseguiram encontrar novos espaços para se realocarem. Houve resistência por parte de alguns moradores conforme relatos da senhora Orlanda para a matéria do Jornal Lampião³⁶,

Dona Orlanda relata que se sente amedrontada com toda essa instabilidade. "Eu fico com medo, quando vem essa chuva forte, eu nem durmo e evito ir na parte que já é trincada, que é ali na cozinha e no banheiro, aí fico mais para o lado do quarto." Ela ainda explica que não ter condições financeiras para pagar a diferença, entre o valor inteiro do aluguel e os R\$700 do auxílio moradia que a prefeitura disponibiliza, é um dos motivos que a impede de se retirar da casa, como orientou a defesa civil. "Dessa última vez, queria me tirar daqui, mas eu não quis sair. Porque eu não tenho condições de completar o aluguel, mas se dessem uma casa segura para mim, eu iria com certeza. Ficar mais tranquila, né, aqui eu sei que tem perigo, não só aqui como no bairro todo.", afirma a moradora. Disponível em: <https://lampaodigitalufop.wixsite.com/lampiaoufop/post/medo-e-inseguranca-marcam-mais-um-per%C3%ADodo-de-chuvas-no-taquaral>. Acesso Jan/2024

Quando ocorre uma remoção abrupta, a maioria das famílias parte com a esperança de retornar, especialmente aquelas que residem há muito tempo e já enfrentaram ou testemunharam situações semelhantes. Nesse contexto, durante o momento da remoção, as pessoas se deparam com uma situação emergencial que exige rapidez na tomada de decisões, priorizando apenas o essencial, como documentos e algumas peças de roupa, enquanto o restante é deixado para trás. À medida que as coisas vão se organizando é que a mudança total acontece de fato. Nas reflexões de Santos,

O sujeito no lugar estava submetido a uma convivência longa e repetitiva com os mesmos objetos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, de cuja construção participava: uma familiaridade que era fruto de uma história própria, da sociedade local e do lugar, onde cada indivíduo era ativo. (SANTOS, 2006, p. 222).

Santos (2006) reflete sobre a complexidade dos laços estabelecidos entre as pessoas e seus lugares, o trecho ressalta o pertencimento e a profundidade da relação entre o sujeito e o lugar, evidenciando como a convivência prolongada e a participação ativa na construção do ambiente geram uma familiaridade enraizada na história pessoal, na sociedade local e nas características específicas do lugar. A quebra brusca da familiaridade estabelecida, que é fruto da história pessoal e das interações sociais, pode desencadear estresse, ansiedade e outros problemas de ordem psicológica. A importância da rotina e da constância na vida diária é frequentemente subestimada, mas desempenha um papel vital no equilíbrio emocional das

³⁶Jornal Lampião – UFOP <https://lampaodigitalufop.wixsite.com/lampiaoufop/post/medo-e-inseguranca-marcam-mais-um-per%C3%ADodo-de-chuvas-no-taquaral>. Acesso Jan/2024

pessoas. A saída imediata de um ambiente conhecido pode gerar um impacto profundo, levando a uma sensação de desorientação e desestabilização emocional.

No tocante a especulação imobiliária, encontrar um imóvel que caiba dentro das condições materiais dos moradores se torna uma nova preocupação. “Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema do acesso à terra e à habitação se acentua”. (Santos, 1993 p.96). Em consonância com as palavras de Santos (1993), é relevante salientar que quem ganha com esse tipo de desastre são os donos de imóveis, pois, há uma valorização considerável quando a demanda aumenta, ou seja, as tragédias são elementos que geram e/ou aumentam a especulação. Ao abordar a especulação imobiliária no contexto do capitalismo, é crucial considerar políticas públicas que busquem equilibrar o desenvolvimento urbano sustentável com a necessidade de garantir o acesso à habitação para todos. Isso pode envolver regulamentações mais rígidas, impostos sobre propriedades ociosas e iniciativas de desenvolvimento urbano inclusivo. Outro aspecto apontado por Santos (1993),

[...] o déficit de residências também leva à especulação e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano. As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano. A organização do transporte obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro os seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso. (Santos, 1993, p.96,)

A cidade de Ouro Preto além de ser histórica o que a torna uma vitrine para o mundo, tem a renomada Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP que infere num significativo aumento da população residente na Sede cujos fatores conduzem à elevação dos preços dos imóveis. Somado a esses fatores em 2022 houve a demanda de moradias para as 80 famílias do bairro Taquaral, e para outras famílias pontuais (de outros bairros) que sofreram com os impactos geomorfológicos e com as chuvas de 2021/2022, então nos deparamos com a escassez de imóveis, alguns encontrados com estrutura simples e super valorizados e outros bons e com boa localização, porém com valores exorbitantes.

Em face do apresentado acima, essas famílias removidas do bairro Taquaral, além de passar por esse imenso desafio, ainda se deparou com critérios legais para adquirir o auxílio moradia, ou seja, nem todos conseguiram acessar os benefícios sociais. A princípio, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) concedeu auxílio aluguel no valor de 500,00 (quinhentos reais) que em Junho de 2022 aumentou para 700,00 (setecentos reais) para todas

as famílias removidas independente da renda bruta, esse auxílio foi concedido por quatro meses podendo ser prorrogado por quatro meses. Além do auxílio-aluguel, a prefeitura, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, ofereceu cinco parcelas de 600,00 (seiscentos reais) em vale alimentação para todas as famílias removidas. Ao término dos oito meses de auxílio-aluguel, as famílias foram encaminhadas para a bolsa moradia pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Contudo, o auxílio moradia foi assegurado apenas para as famílias que se enquadravam nos critérios de renda estabelecidos na Lei Municipal 1.076 de 27 de dezembro de 2017, bem como na Lei 264/2006. Como resultado, algumas famílias, incluindo a minha, passaram a não contar o auxílio devido à ultrapassagem da renda. Diante dessa situação, algumas famílias assumiram os custos do aluguel em outros bairros enquanto outras optaram em permanecer em suas residências.

A situação descrita revela alguns desafios e implicações críticas relacionadas à especulação imobiliária e aos altos preços dos aluguéis em Ouro Preto. A oferta de auxílio-aluguel pela prefeitura, embora seja uma medida de suporte inicial, não é suficiente para enfrentar a realidade dos custos habitacionais na região.

A limitação do auxílio moradia a famílias que atendem a critérios específicos de renda, como estabelecidos pela Lei Municipal supracitada pode excluir uma parcela significativa da população que também enfrenta dificuldades financeiras para encontrar moradia acessível. Essa seleção pode resultar em uma segregação socioeconômica, com algumas famílias sendo beneficiadas enquanto outras, apesar de suas necessidades, não contam com o suporte do poder público.

A falta de acesso ao auxílio moradia para algumas famílias pode forçá-las a arcar com custos de aluguel em outros bairros, o que pode estar associado à especulação imobiliária. A especulação levou a um aumento nos preços dos aluguéis, tornando a busca por moradia adequada mais difícil para a população em geral.

Além disso, a opção de algumas famílias em permanecer em suas residências, mesmo após a remoção, pode indicar uma resistência em face das dificuldades econômicas impostas pelas mudanças e também ao sentimento de pertencimento ao lugar. Essa decisão pode refletir a falta de opções viáveis e acessíveis no mercado imobiliário local.

Portanto, essa situação destaca a necessidade de políticas públicas mais abrangentes e eficazes para enfrentar não apenas a remoção involuntária, mas também os desafios econômicos associados à habitação, incluindo a especulação imobiliária e os altos preços dos aluguéis em Ouro Preto.

Após as remoções e problemas contínuos no bairro em decorrência do movimento de rastejo, constata-se a ausência de intervenções por parte do poder público no bairro Taquaral. Em agosto de 2022, diante dessa inércia, um grupo de moradores mobilizou-se para bloquear uma das principais vias que conectam Ouro Preto à cidade de Mariana. Essa ação teve como propósito chamar a atenção da Prefeitura, visando estabelecer um diálogo efetivo com a comunidade e discutir propostas e soluções para os desafios enfrentados.

A mobilização dos moradores, por meio do bloqueio viário, constituiu um gesto significativo na busca por visibilidade e participação ativa na definição de medidas que possam mitigar as adversidades vivenciadas no bairro. A interrupção da via, além de um chamado à atenção, revela uma estratégia adotada pela comunidade para suscitar o diálogo e a colaboração com as autoridades municipais.

Cabe ressaltar a relevância dessa manifestação como expressão legítima do anseio da população por uma atuação mais assertiva do poder público. O bloqueio da via surge como uma medida de pressão pacífica, evidenciando a necessidade premente de envolvimento das instâncias governamentais para abordar as questões emergenciais e promover melhorias substanciais na qualidade de vida dos residentes do Taquaral. Abaixo seguem alguns registros da manifestação popular no bairro.

Figura 10. Manifestação por parte dos moradores no bairro Taquaral em agosto de 2022



Fonte: Fotos de arquivo pessoal – Avenida Farmacêutico Duílio Passos no bairro Taquaral



Fonte: Fotos de arquivo pessoal – Avenida Farmacêutico Duílio Passos no bairro Taquaral

Após a manifestação ocorrida em agosto de 2022, a prefeitura tomou a iniciativa de agendar uma reunião com os representantes do bairro, visando apresentar propostas concretas de intervenção no Taquaral. Entre as iniciativas propostas, destacam-se obras destinadas à melhoria da infraestrutura da rede de esgoto que é antiga e a construção de galerias para captação de água.

Além dessas intervenções físicas, a prefeitura se comprometeu a fornecer laudos técnicos às famílias que foram removidas e àquelas que permaneceram no local. Estes laudos têm a finalidade de esclarecer a situação dos imóveis, definindo a possibilidade de retorno ou, alternativamente, discutindo questões relacionadas à desapropriação. No entanto, é importante ressaltar que, até o momento, os laudos entregues mostraram-se inconclusivos, gerando incertezas quanto ao futuro das residências e da comunidade.

Esse cenário levanta questões sobre a eficácia das propostas apresentadas e sobre a transparência e efetividade do processo de avaliação técnica. A comunidade, portanto, aguarda uma resposta mais definitiva e soluções concretas para as problemáticas enfrentadas, considerando não apenas aspectos físicos, mas também os impactos sociais e a necessidade de respeito aos direitos dos moradores afetados.

Até o final de 2021 a Habitação de Ouro Preto era tratada na pasta da Assistência Social. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SMDUH foi criada em janeiro de 2022³⁷ na gestão do atual prefeito Ângelo Oswaldo de Araujo Santos. Desenvolver melhorias na questão habitacional da cidade foi uma das propostas de campanha

³⁷Informações levantadas pela autora no campo de estágio para descrição da análise institucional do relatório de estágio.

da gestão atual que até então em nenhum outro governo a Política de Habitação foi tratada com prioridade. A implementação da nova Secretaria foi um ganho para a Cidade devido aos enfrentamentos recorrentes que passou a cuidar desta pasta. Santos elucida que,

"(...) O poder público é chamado, nos últimos trinta anos, a exercer um papel extremamente ativo na produção da cidade. Seguindo o movimento geral do sistema capitalista que consagra concentrações e centralizações, a cidade do capital concorrencial cede lugar a cidade do capital monopolista ou oligopolista (. . .). Num primeiro momento, boa parte (variável segundo os lugares) da formação do capital geral, devia-se aos próprios atores principais do jogo econômico, que arcavam com uma parcela de responsabilidade na implantação das economias de aglomeração indispensáveis ao funcionamento da máquina econômica e do organismo social. Numa fase de transição, o poder público é levado a assumir cada vez mais esses encargos, mas as obras públicas também beneficiam uma parcela considerável da população e um número importante de empresas. Na cidade corporativa, o essencial do esforço de equipamento é primordialmente feito para o serviço das empresas, hegemônicas o que porventura interessa às demais empresas e ao grosso da população é praticamente o residual na elaboração dos orçamentos públicos. Isso obedece à mais estrita racionalidade capitalista, em nome do aumento do produto nacional e da capacidade de exportação, etc." (Santos, 1990, p. 94-95).

A primeira lei nº 264 de habitação do Município foi criada em 13 de julho de 2006 com o objetivo de apoio emergencial a moradia, como parte do Programa Municipal de Habitação de Interesse Social “Um Teto é Tudo”³⁸ com a finalidade de atender,

I- família removida em decorrência de execução de obra pública; II- família que, vítima de calamidade, tenha sido removida de área sem condições de retorno, comprovadas por laudo técnico do órgão municipal competente; III- família que resida em habitação precária, situada em área de risco, em ocupação clandestina ou irregular e IV- família sem casa, que habite ruas, pontes e viaduto no Município. Para ter direito ao auxílio moradia o beneficiário precisa atender aos seguintes critérios: I- possuir renda familiar de até 03 salários mínimos; II- não possuir outro imóvel em nome próprio, nem do cônjuge ou companheiro, no município ou municípios limítrofes; III- renunciar ou direito de pleitear judicial ou administrativamente, eventual indenização pertinente a realização de benfeitorias na área pública a ser desocupada, conforme legislação em vigor; IV- não ter sido beneficiado na anteriormente por este ou por outro programa; V- ser ocupante da área pública pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses; VI- ser proprietário da benfeitoria; e VII- estar dentro dos parâmetros definidos pelo Conselho Municipal de Habitação. Disponível em: https://sgm.ouopreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/ea55b4762b8d8f940aabd45bc8120303.pdf

Entre os serviços oferecidos pela SMDUH, a lei "Um Teto É Tudo" reformulada através da Lei 1328 de 03 de janeiro de 2023 respalda as seguintes ações e benefícios:

³⁸Disponível em:

https://sgm.ouopreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/ea55b4762b8d8f940aabd45bc8120303.pdf, acesso em Dez-2023

- Auxílio Moradia: Benefício mensal em forma de repasse financeiro para fornecer moradia a famílias que são vítimas de calamidades, deslocadas de imóveis próprios devido a riscos geológicos ou que residem em condições precárias, ocupações clandestinas ou irregulares, além de famílias em situação de rua. É necessário que as famílias tenham uma renda bruta familiar de até 03 salários mínimos vigentes. Esse programa é regulamentado pela Lei nº 264/2006 e pelo Decreto Municipal nº 6.523/22, que tratam do apoio emergencial à moradia e outras providências;
- Serviço de Arquitetura Pública: realiza projetos arquitetônicos para aprovação e adaptação de moradias para famílias com uma renda bruta familiar de até 03 salários mínimos. Esse serviço é regulado pela Lei Municipal nº 610/2010, que cria o Serviço Municipal de Engenharia e Arquitetura Pública, fornecendo assistência técnica pública e gratuita para projetar e acompanhar a construção de habitações de interesse social para famílias de baixa renda.
- Requalificação: realiza reformas e/ou ampliações em imóveis para melhorar as condições básicas de habitabilidade.
- Regularização Fundiária de Interesse Social (Reurb-s): processo que inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais com o objetivo de incorporar núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes. Esse processo é regulado pela Lei nº 13.465/2017.
- Processo de Concessão de Moradias Populares: propõe intervir no déficit habitacional do município, oferecendo acesso à moradia para famílias de baixa renda. Esse processo é realizado por meio de chamamento público. Disponível em: https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/ea55b4762b8d8f940aabd45bc8120303.pdf

Passados dois anos desde a realocação das famílias do bairro Taquaral, observa-se uma lacuna na atuação mais assertiva do poder público, o que expõe alguns moradores à vulnerabilidade, deixando-os suscetíveis ao retorno a propriedades ainda consideradas inseguras. Recentemente o jornal Estado de Minas divulgou uma matéria sobre o bairro Taquaral onde consta o depoimento do morador Antônio Carlos,

Antônio Carlos, de 36, está entre os moradores que saíram às pressas de sua casa na época. Depois de quase dois anos morando na residência da sogra e sem perspectiva de uma solução definitiva para o problema, ele pensa em voltar para o imóvel, que hoje está cheio de rachaduras. “Se até maio não tiver nada, a nossa intenção é reformar e voltar. Com medo, sim, mas não tem como ficar morando de favor”, afirma. Nascido e criado na casa, o apego emocional também é mais forte. “Ter que sair é difícil demais. Se ao menos tivesse uma resposta se vamos ter indenização ou aluguel social, mas não houve nenhum retorno”, disse à reportagem do Estado de Minas. Disponível em: https://www.em.com.br/gerais/2024/01/6785869-ouro-preto-patrimonio-cercado-pelo-medo.html#google_vignette, Acesso em Jan/2023.

Essa falta de uma intervenção mais efetiva coloca em evidência a urgência de medidas que assegurem a segurança e o bem-estar duradouros dessas comunidades, além de ressaltar a importância de uma abordagem proativa por parte das autoridades responsáveis. À semelhança de outros residentes, a Senhora Mônica permanece em sua moradia devido a uma

variedade de fatores, incluindo a especulação imobiliária, conforme destacado no trecho abaixo:

A funcionária pública, Mônica Dias, de 42, ficou um tempo na casa de parentes em Mariana, porém acabou retornando. “Não consegui manter isso por muito tempo, porque trabalho aqui, meus filhos estudam aqui e tínhamos que fazer esse trajeto todos os dias. Era muito gasto. Até então, o suporte que tenho é o que eu mesma me dou. Não tem ninguém que olhe por nós”, disse. A ela foi oferecido o aluguel social, pago pela prefeitura, o que, no entanto, não resolveu o problema. “Olha a estrutura da minha casa. Como eu vou arrumar uma casa de R\$ 700 em Ouro Preto? O mínimo que eu estava olhando era R\$ 1.600. Rodei a cidade inteira e não existe imóvel nesse valor. Tenho a minha mãe que mora comigo também, é uma idosa”, aponta. Disponível em: https://www.em.com.br/gerais/2024/01/6785869-ouro-preto-patrimonio-cercado-pelo-medo.html#google_vignette, Acesso em Jan/2023

A Senhora Maria Helena destaca a insegurança local após as remoções das famílias, pois algumas saíram e deixaram muitos pertences para trás, conforme relato a seguir:

A aposentada afirma que se a prefeitura oferecesse um outro local, aceitaria se mudar. “Alguma coisa tem que ser feita porque do jeito que está aqui não dá pra ficar não. Isso é situação de um ser humano viver?”, questiona. Ela relata ainda que as casas abandonadas trouxeram outro problema para o bairro: a insegurança. “À noite, sentimos um clima diferente, com usuários de drogas. Eles aproveitam os lugares vazios”, explica. Maria Helena conta que antes a polícia fazia rondas frequentes, mas depois que o asfalto cedeu não tem como os veículos acessarem o local. https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/01/08/interna_gerais,1441927/ouro-preto-e-a-cidade-brasileira-com-mais-areas-de-risco-do-pais.shtml. Acesso Jan/2023

Em novembro de 2023, a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SMDUH), propôs um acordo de indenização destinado a 07 famílias identificadas dentro das 32 residências destacadas na Figura 5, classificadas como de risco muito alto no (R4). Esta iniciativa visa viabilizar o início de uma obra de drenagem na rede de esgoto e galeria de água. Entre as sete famílias abordadas, cinco optaram por aceitar o acordo, mesmo expressando insatisfação quanto ao valor oferecido pela Prefeitura como compensação. Vale ressaltar que minha família está entre as beneficiadas pelo referido acordo. Meu pai, ao abordar o assunto, manifesta cansaço e desânimo em relação à perspectiva de iniciar uma disputa judicial visando uma indenização mais substancial. Ele salienta a potencial prolongação temporal inerente a processos judiciais desse tipo, indicando sua intenção de concluir seu ciclo de vida em um ambiente mais sereno, evitando assim prolongadas contendas legais. Contudo ele chegou a tentar um acordo para

valorização do imóvel sem sucesso, chegaram ao acordo de pagar o valor venal do imóvel de acordo com o IPTU.

Em relação ao pagamento da indenização, no dia 05 de fevereiro de 2024, estas cinco famílias foram convidadas a participar da cerimônia de assinatura do termo de desapropriação³⁹ de posse no gabinete da Prefeitura de Ouro Preto e todas receberam a indenização do imóvel conforme acordado anteriormente. O prazo estabelecido para os proprietários destes cinco imóveis para retirada de possíveis pertencentes antes da demolição é de 30 dias. Apesar do cumprimento do acordo entre estas famílias e a Prefeitura paira a incerteza em saber se com o valor das indenizações estas famílias conseguirão se restabelecer em algum assentamento seguro, uma vez que lotes e casas na região de Ouro Preto estão supervalorizados devido à especulação imobiliária, turismo, Universidade, mineração, Empresas dentre outros fatores que torna a cidade atrativa para moradia.

Esse cenário assume uma complexidade agravada devido à valorização imobiliária em Ouro Preto. Torna-se uma tarefa árdua para as famílias contempladas adquirir ou construir uma residência de qualidade e segura, dadas as condições desfavoráveis do mercado imobiliário local. De acordo com a Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação Camila Sardinha⁴⁰,

[...] o processo de desapropriação é parte do REURB/Taquaral resgatado em 2021 pela atual gestão e que vem sendo desenvolvido não só pelo Plano Municipal de Redução de Risco, mas também à luz do estudo elaborado pelo professor e geólogo da Universidade Federal de Ouro Preto, Frederico Sobreira. As casas serão demolidas no bairro Taquaral estão exatamente onde há uma drenagem natural e a galeria existente precisa de ser reformada. Foi um trabalho técnico realizado coletivamente. “Temos muito que agradecer à população por ter construído conosco esse diálogo, que gerou uma situação de indenização e uma negociação amigável entre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, a Procuradoria e as famílias”, disse a secretária, que esclareceu que agora, após as indenizações pagas, as residências serão demolidas. O projeto efetivo de drenagem vai proteger o bairro de forma mais ampla e segura. A comunidade do Taquaral vem discutindo as ações em conjunto com as entidades e autoridades que gerenciam a REURB. “No território desocupado ainda não se sabe o que será construído. Isso irá depender dos estudos técnicos e da própria comunidade, que acompanha todo o processo, temos que tratar das questões técnicas e também das questões humanitárias e sociais”, afirmou a secretária. Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/noticia/3930>, acesso em fev/2024.

³⁹A desapropriação é um ato realizado pelo Poder Público sobre os bens dos particulares. Ela está pautada pelo Decreto-Lei nº 3.365 /41, pela Lei 4.132/62, e ocorre quando a Administração entende que certa propriedade é essencial para a construção, ampliação de um bem público ou para a utilização comum do local pela população. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/desapropriacao-o-que-e-e-como-funciona/1308093924#:~:text=1.,perda%20da%20propriedade%20de%20algum%C3%A9m,> acesso em Fev/2024.

⁴⁰ Saiba mais em: <https://ouopreto.mg.gov.br/noticia/3930>

O que se sabe até o momento em relação às demais famílias que se encontram localizadas no R4 (Risco muito alto) é que findada a negociação com as 05 famílias para desapropriação de posse, estas serão as próximas a serem chamadas para negociação, sendo para aquisição de casas populares ou para recebimento de indenização do imóvel. Tendo em vista que 2024 é um ano eleitoral aumenta a ansiedade dos demais moradores por soluções mais rápidas e concretas. Ainda de acordo com a Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação Camila Sardinha,

Até o momento, 18 famílias demonstraram interesse em sair do bairro Taquaral porque não se sentem seguras. Caso a caso será analisado e negociado amigavelmente. “Parece uma coisa simples, mas é um processo que demanda avaliações prévias. As pessoas têm o tempo delas para pensar sobre os problemas, sobre a própria vida, sobre os investimentos que foram feitos naquele lugar, então o que a gente quer é conseguir construir isso juntos”, declarou Camila.

Disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/noticia/3930>, acesso em fev/2024.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar "problemas e impactos enfrentados pela população do bairro Taquaral em Ouro Preto-MG: enfoque na perspectiva pelo direito à moradia". Com base nos resultados encontrados nesta torna-se evidente a gravidade da situação enfrentada no bairro Taquaral, em Ouro Preto, diante dos movimentos de rastejo, que representam uma ameaça iminente à segurança dos moradores.

O alerta dos geólogos destacando a origem dos problemas geotécnicos no Taquaral revela as cicatrizes deixadas pela mineração, tornando a região propensa a riscos contínuos. O desgaste do solo ao longo dos anos, resultado do processo minerário, amplifica os impactos dos eventos climáticos, colocando em risco não apenas as propriedades, mas também a vida dos residentes. A formação de uma falsa camada sólida de sedimentos fragmentados do minério de ferro reforça a vulnerabilidade do Taquaral, explicando a falta de resistência do solo, e aumenta os riscos associados aos movimentos de rastejo.

A referência ao ciclo do ouro e à exploração mineral na serra de Ouro Preto como raiz do problema destaca a complexidade histórica e ambiental que contribui para a situação atual. O impacto duradouro da mineração, marcado por cicatrizes irreversíveis, coloca a cidade em constante perigo, exigindo abordagens preventivas e soluções sustentáveis.

Diante desse cenário, é essencial que a implementação de políticas urbanas que levem em conta a vulnerabilidade geológica são cruciais para assegurar a resiliência da cidade de Ouro Preto diante dos desafios impostos por sua configuração geológica específica.

Considerando o histórico de desastres na região e as consequências socioeconômicas para os moradores do Taquaral, torna-se imperativo medidas eficazes e duradouras para a região. Além de intervenções imediatas, é relevante implementar políticas que abordem as raízes do problema, promovendo o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a preservação ambiental. É de suma importância levar em consideração a relação entre o sujeito e o ambiente em que ele está inserido enfatizando a influência significativa do pertencimento e da longa convivência com os elementos cotidianos. A retirada abrupta das famílias conforme relatado no estudo pode causar adoecimento e diversos transtornos para os moradores.

A situação no bairro Taquaral representa um desafio complexo que requer ações coordenadas, baseadas em conhecimentos técnicos aprofundados, para garantir a segurança e o bem-estar dos residentes. O enfrentamento das consequências da mineração e a mitigação dos riscos associados aos movimentos de rastejo demandam um compromisso contínuo das autoridades locais e da comunidade em busca de soluções sustentáveis e resilientes.

Os resultados que apresentamos revelam uma complexidade de desafios enfrentados pela população diante dos eventos climáticos extremos e dos movimentos de massa. A análise dos impactos na população após as remoções aponta para as múltiplas dimensões que permeiam a vida dos moradores, indo além das questões físicas e englobando aspectos psicológicos, sociais e econômicos.

A remoção forçada, como experienciada pelos moradores do Taquaral, não apenas altera o cenário habitacional, mas também abala as estruturas emocionais e sociais dessas comunidades. O sentido de pertencimento ao lugar, as memórias construídas ao longo do tempo e as relações sociais estabelecidas são profundamente impactadas. A análise bibliográfica dos relatos dos moradores removidos evidencia a luta e a resistência necessária para lidar com a perda do lar e os desafios emocionais enfrentados após a mudança.

A especulação imobiliária e a dificuldade de acesso a moradias adequadas emergem como questões centrais nesse contexto. A escassez de imóveis disponíveis, aliada aos altos preços dos aluguéis, cria barreiras significativas para as famílias removidas, ampliando as disparidades socioeconômicas. A limitação do auxílio moradia a critérios específicos de renda revela a necessidade de políticas públicas mais abrangentes e eficazes, que considerem a diversidade de situações enfrentadas pela população.

A manifestação dos moradores, ao bloquear vias como forma de chamar a atenção da Prefeitura, destaca a busca ativa por visibilidade e participação na definição de soluções para os problemas enfrentados, o que configura um ato de luta e resistência da população frente ao descaso do poder público. A resposta da prefeitura, com propostas de intervenção e melhorias na infraestrutura, representa um passo positivo, mas a incerteza gerada pelos laudos técnicos inconclusivos evidencia a necessidade de transparência e efetividade no processo de avaliação.

Em síntese, a situação no bairro Taquaral destaca a importância de abordagens integradas para lidar com os impactos habitacionais, considerando não apenas as dimensões físicas, mas também as implicações sociais, psicológicas e econômicas. O diálogo contínuo entre a comunidade e as autoridades, pautado na transparência e na busca por soluções efetivas, é fundamental para promover a segurança e o bem-estar dos moradores diante desses desafios.

Um das propostas apontadas pelo professor Gomes (2012) para reduzir o déficit habitacional de Ouro Preto e para assentamentos seguros se destaca no seguinte texto,

A solução para a migração da população de áreas de risco e a construção de novas moradias para novos moradores é a urbanização de distritos como Cachoeira do Campo, Lavras Novas, Chapada e outros, o que coloca o poder público em franco trabalho, já que para abrigar novas populações, é preciso implementar corredores de transportes, melhorar o comércio local, construir hospitais e unidades de saúde, postos bancários e etc. Romero Gomes. Disponível em: <https://jornalvozativa.com/geral/professor-da-ufop-esclarece-duvidas-sobre-riscos-de-desmoroamento-em-bairros-de-ouro-preto-mg>. Acesso em Nov/2023

A urbanização desses distritos requer um trabalho abrangente, envolvendo diversas esferas do serviço público. A necessidade de abrigar novas populações demanda a criação de infraestrutura básica, conforme citado acima. Portanto, a proposta de Gomes (2012) destaca não apenas a necessidade de abrigar as populações em áreas mais seguras, mas também a importância de um planejamento urbano abrangente e integrado. Neste sentido, o planejamento da cidade através do Plano Diretor é um importante instrumento de participação popular para projetar assentamentos seguros nas áreas rurais da cidade.

É importante destacar que esta pesquisa não é conclusiva, atingiu aos objetivos esperados, porém, uma vez em que o bairro Taquaral movimenta-se diariamente por rastejo, outros estudos e monitoramentos precisam ser realizados continuamente levando em consideração o sujeito que habita aquele lugar as condições que o mantém bem como as

variáveis ambientais e socioeconômicas. Uma questão de particular importância refere-se à implementação de medidas habitacionais perenes, que visem proporcionar residências seguras de maneira consistente, ao contrário das intervenções pontuais que têm sido adotadas ao longo dos anos, muitas vezes em resposta a situações de calamidade pública. Nesse contexto, a continuidade dessas ações emerge como fator essencial para promover condições de moradias mais estáveis e resilientes.

REFERÊNCIAS:

ANSALONI, Tino - **Jornal Voz Ativa** - Entrevista com o Prof^o Dr. Romero Gomes. Disponível em <https://jornalvozativa.com/geral/professor-da-ufop-esclarece-duvidas-sobre-riscos-de-desmoronamento-em-bairros-de-ouro-preto-mg>. Acesso em Nov/2023

CABRAL, Gilberto Junio. Alternativas para o reassentamento de moradores em situação de risco nos bairros Piedade e Taquaral, em Ouro Preto/MG. [manuscrito] / Gilberto Junio Cabral. - 2023. Cab95 f.

CALIL, Maria Ribeiro. Expansão urbana em Ouro Preto–MG: o risco de ocupar encostas mineradas. 2018.

CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COURI, Leandro e PIRES, Silvia- Ouro Preto: patrimônio cercado pelo medo, **Jornal Estado de Minas Gerais** disponível em: https://www.em.com.br/gerais/2024/01/6785869-ouro-preto-patrimonio-cercado-pelo-medo.html#google_vignette, acesso em Jan/2024

BALBIM, Renato Nunes Organizador. Geopolítica das cidades: velhos desafios, novos problemas. 2016.

BASTOS, Rodrigo Almeida. A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Florianópolis Editora da UFSC, 2012. 248p.

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Coleção das Leis do Império, Rio de Janeiro, v. 1, col. 1, p. 307, 31 dez. 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso em: outubro. 2023.

BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ano 102, 30 nov. 1964. Retificado no Diário, 17 dez. 1964 e 6 abr. 1965. Edição extra. Disponível em: . Acesso em: outubro. 2023.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-192, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm#art2045. Acesso em: out. 2023.

BRASIL. Lei Federal n.º 10.257 de 10 de julho de 2001: Estatuto da Cidade. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm > Acesso em: out. 2023.

BRASIL. Lei 11.124 de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Brasília, 16 de junho de 2005; 184º da Independência e 117º da República. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111124.htm. Acesso em nov.2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: out. 2023.

BRASIL. Ministério das Cidades; IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2007) Mapeamento de riscos em encostas e margem de rios. Ministério das Cidades e IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Brasília

CENSO agropecuário 2017. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: set. 2020.

_____. Censo Demográfico 1996. Metodologia do Censo Demográfico 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998 (Série Relatórios Metodológicos, v. 41).

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Atuação de Assistentes Sociais na Política Urbana. Brasília, 2016.

Decreto 5.423 de 04 de Julho de 2019 regulamenta a concessão de auxílio moradia instituído pela lei municipal nº 264 de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre o projeto emergencial a moradias e dá outras providências.

Decreto 6.523 de 21 de Julho de 2016 que regulamenta a concessão do auxílio moradia instituído pela lei nº 264 de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre o projeto emergencial a moradias e dá outras providências.

Empresa Brasil de Telecomunicações – EBC disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/censo-agropecuario-brasil-tem-5-milhoes-de-estabelecimentos-rurais>

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Sobre a questão da moradia. São Paulo: Boitempo, 2015.

FAUSTO, Boris. A História do Brasil. 12ª Edição. **São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo**, 2006.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p. 89.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST (1979–1999). São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, v. 2, 1999.

FONSECA, Marcus Vinícius. A Educação como Expressão do Urbano na Cidade de Mariana/Mg Na Primeira Metade Do Século XIX. 37º Reunião Nacional da ANPED, Florianópolis: UFSC, 2015.

FONTES, Michel Moreira Morandini. Contribuição para o desenvolvimento da metodologia de análise, gestão e controle de riscos geotécnicos para a área urbana da cidade de Ouro Preto [manuscrito] / Michel Moreira Morandini Fontes - 2011. xxi, 132f.: il., color.; grafs.; tabs.; mapas.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1971. p.90. Disponível em: [file:///C:/Users/PMOP/Downloads/FURTADO Celso LIVRO Formacao Economica do Brasil.PDF](file:///C:/Users/PMOP/Downloads/FURTADO%20Celso%20LIVRO%20Formacao%20Economico%20do%20Brasil.PDF). Acesso, nov.2023.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. L&PM Editores, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 1996. Inovações e impactos nos sistemas de informações estatísticas e geográficas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

LANA, Julio Cesar; MARCUSSI, Maria Carolina Rodrigues. **Diagnóstico da população em áreas de risco geológico**: Ouro Preto, MG– Belo Horizonte: CPRM, 2021.

Lei 1.076 de 27 de Dezembro de 2017 – que altera a redação da lei nº 264 de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre o projeto emergencial a moradias e dá outras providências.

Lei 1.260 de 27 de Dezembro de 2021 – que acrescenta parágrafo único ao inciso I do artigo 2º da lei nº 264 de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre o projeto emergencial a moradias e dá outras providências.

Lei 1328 de 03 de Dezembro de 2023 – “Um Teto é Tudo”. Disponível em: https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/ea55b4762b8d8f940aab45bc8120303.pdf LEFEBRVE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo, 2001.

MARICATO, Ermínia. "Direito à terra ou direito à cidade?." Revista Vozes 19.6 (1985): 405-410.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: [www.gepec.ufscar.br > o-capital-livro-1.pdf > at_download > file](http://www.gepec.ufscar.br/o-capital-livro-1.pdf).

MATA, Sérgio da. **Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil, séculos XVIII-XIX**. WVB, Wissenschaft Verlag Berlin, 2002.

MELLO e SOUZA, Laura de. Desclassificados do ouro: pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1986;

MORAES, Antonio Carlos R. Território e história no Brasil. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002, p. 49.

OLIVEIRA, Alexandre Augusto de. O olhar de Luiz Fontana: documentação de Ouro Preto (1930-1960) – Fotografia e arte pública: um estudo de caso.2006.Dissertação “Mestrado” Área de Concentração: Artes Visuais.Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes.São Paulo.

OLIVEIRA, L. D. ; SOBREIRA, F. G. . Crescimento Urbano de Ouro Preto-MG entre 1950 e 2004 e atuais tendências. RBC. Revista Brasileira de Cartografia (Online) , v. 67/4, p. 868, 2014.

PÉRET Júlia, SOUSA Vanessa & SOARES, Clara Maria. LAMPIÃO, Jornal Laboratório – Jornalismo/UFOP.Disponível em: <https://lampiaodigitalufop.wixsite.com/lampiaoufop/post/medo-e-inseguranca-marcam-mais-um-per%C3%ADodo-de-chuvas-no-taquaral>. Acesso Jan/2024

PIRES, Maria do Carmo. O Termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/ Mariana e Suas Freguesias no Século XVIII. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOBREIRA, F. G. Mineração do ouro no período colonial: alterações paisagísticas antrópicas na serra de Ouro Preto, Minas Gerais. Quaternary and Environmental Geosciences , V. 5 , P. 55-65 , 2014

SOUZA FILHO, Rodrigo de. Estado, Burocracia e Patrimonialismo no Desenvolvimento da Administração Pública Brasileira. 2006. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Vila Rica: Formação e Desenvolvimento- Residências, 1977. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1956.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, p.12-29, 2000.